



Carta Social do Município de Lagoa



DEZEMBRO 2016

ÍNDICE

1. Do Enquadramento teórico-conceitual aos princípios de intervenção social.....	3
1.1. Um enquadramento conceptual: tipologias morfológicas.....	3
1.2 – As políticas sociais: dos determinantes aos desafios	6
1.2.1 – Enquadramento histórico	6
1.2.2 – Determinantes da Procura	9
1.2.3 – Desafios.....	12
1.3 – Rede Social e intervenção do Município: Da constituição do CLAS ao Plano de Desenvolvimento Social	14
13.1. O Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lagoa	14
13.2. O Plano de Desenvolvimento Social (2012-2015).....	17
1.4. Rede Social de Lagoa: uma reflexão pelos atores.....	23
2. Das especificidades territoriais e setoriais à problemáticas existentes e emergentes.....	25
2.1 Do diagnóstico territorial: Caracterização do Concelho de Lagoa	25
2.2. Do Diagnóstico Setorial: Caracterização da oferta (Rede Social)	35
2.2.1. Entidades inquiridas (Rede Social).....	35
2.2.2 Caraterização das Entidades	36
2.2.2.1. Elementos e escolaridade dos corpos sociais.....	36
2.2.3. Respostas disponibilizadas: tipologias morfológicas “Infância e Juventude”, “Idosos” e “Comunidade em geral”	38
2.2.4. Respostas sociais disponibilizadas: tipologias morfológicas “Dependências”, “Doentes do foro mental psiquiátrico”, “HIV/SIDA”, “Imigrantes”, “Sem Abrigo” e Outras	41
2.2.5. Trabalhadores e Formação Profissional	42
2.2.6 Voluntariado	43
2.2.7 Proporção de financiamento para funcionamento e manutenção da organização	45
2.3. Diagnóstico prospetivo Síntese	58
2.4. Estimativas Demográficas, por grupo-alvo/tipologia de equipamento social .	60
2.4.1 – Modelação matemática de suporte à projeção	60
2.4.2 – Criação de Cenários	61
2.4.3. – Impactes da procura	63

4. Do novo Quadro Estratégico à Intervenção Integrada.....	65
4.1. Definição da Visão Estratégica	65
4.1.1. Introdução	65
4.1.2. Pano de Fundo.....	66
4.3. Objetivos e princípios estratégicos	67
4.4 – Vetores estratégicos	70
5. Matriz de prioridades de intervenção.....	74
5.1. Adequação e compatibilização com o modelo de estruturação territorial.....	74
5.2. Adoção de normas e critérios de programação.....	75
5.3. Quadro de operacionalização: Dos projetos estruturantes às medidas complementares	79
5.3.1. Criar novas respostas sociais	80
5.3.1. Melhorar a cobertura de respostas sociais existentes.....	84
5.3.1. Qualificar a oferta de equipamentos e serviços.....	88
5.4. Enquadramento e oportunidades do novo período de programação de apoios comunitários	90

1. Do Enquadramento teórico-conceitual aos princípios de intervenção social

1.1. Um enquadramento conceptual: tipologias morfológicas

Com o término do período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social (Plano de Ação (2012-2015) e dada a desatualização do Diagnóstico Social (datado de 2011), consideram os parceiros que integram o Conselho Local de Ação Social de Lagoa o momento oportuno para, no quadro de um processo de planeamento estratégico em curso no Município e das oportunidades emergentes associadas ao período de programação de apoios comunitários, proceder a um exercício de maior amplitude sustentado numa abordagem multidimensional, orientada para responder com eficácia e eficiência à necessidade de executar uma política de intervenção integrada, coerente, operacional, que priorize o combate à pobreza e exclusão social, mas que concorra para o desenvolvimento e progresso social do concelho.

A conjuntura económico-financeira que marca o país e o concelho, com impacte significativo em algumas dimensões sociais importantes, como o desemprego e a pobreza, acrescida de um conjunto de transformações sociodemográficas, como o progressivo envelhecimento populacional e redução dos índices de fertilidade, geram desafios significativos socio-territoriais, que importa ter presente e resolver/atenuar. As estratégias a prosseguir, num processo integrado e de estreita articulação entre atores públicos e privados, deverão materializar-se num conjunto de projetos estruturantes e ações complementares, que concorram para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações lagoenses.

Nos últimos anos, esta conjuntura associada a diversas outras metamorfoses na sociedade e nos seus comportamentos, conduziu à emergência de novas preocupações no domínio social, como o incremento da qualificação da rede, a prestação de cuidados no domicílio dos utentes (em detrimento da respetiva institucionalização), a necessidade do aumento das taxas de cobertura e de atrair de novos atores (exteriores à rede solidária), a dinamização de estruturas de convívio e de combate a situações de isolamento e insegurança, bem como a prestação de cuidados a novos públicos-alvo (vulnerabilidades geradas por condicionantes não meramente económicas). Este novo quadro de *mainstreaming* da inclusão social traduziu-se na introdução de mudanças significativas ao nível da rede de serviços e equipamentos sociais, assistindo-se a um ajustamento das respostas sociais já existentes e à emergência de novas formas de intervenção e prestação de serviços sociais.

Num quadro em que a rede de serviços e equipamentos sociais envolve uma importante complexidade e heterogeneidade, torna-se relevante a apresentação de nomenclaturas e conceitos comumente adotados no domínio da Ação Social, clarificando as terminologias aplicadas neste processo.

No âmbito do presente exercício foi aplicado um conceito de “resposta social” abrangente e que excede os conceitos e terminologias definidos/formalizados pela Segurança Social. Neste quadro, o conceito adotado inclui a generalidade dos serviços/iniciativas/atividades sociais existentes no concelho (respostas sociais e respostas à comunidade) correspondendo a valores muito superiores ao número de respostas licenciadas pela Segurança Social no concelho.

Equipamento Social	Espaço físico onde são desenvolvidas respostas sociais/serviços no âmbito da ação social ou de enquadramento a determinadas respostas prestadas junto da comunidade.
Resposta Social /Resposta à Comunidade	Atividade desenvolvida no âmbito da ação social, destinada a prestar um serviço ou a desenvolver ações dirigidas aos diversos grupos da população (infância ou juventude; população adulta; família e comunidade); enquadrada na rede de serviços e equipamentos sociais. Poderá ser desenvolvida em equipamento ou através da prestação de um serviço.
Serviços	Atividades desenvolvidas no âmbito de cada Resposta Social ou Resposta à Comunidade.

Neste contexto, no concelho de Lagoa, são disponibilizadas as seguintes respostas por tipo morfológico.

TIPO MORFOLÓGICO: INFÂNCIA E JUVENTUDE – Crianças e Jovens	
Creche	Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto.
Pré-escolar	Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças antes da entrada no ensino básico. Compreende, normalmente, as crianças entre os três e os cinco anos de idade, permitindo estimular as suas capacidades motoras e cognitivas, antes de iniciar o processo de alfabetização.
Centro de Atividades de Tempos Livres	Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.
Atividades de animação e apoio à família	Resposta à comunidade, procura acomodar as necessidades fundamentais dos agregados familiares, nomeadamente assegurando o acompanhamento das crianças antes e/ou após o período letivo.

TIPO MORFOLÓGICO: POPULAÇÃO IDOSA – pessoas idosas	
Centro de Dia	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Lar de Idosos/Estrutura Residencial para Idosos	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.
Serviço de Apoio Domiciliário - SAD	Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.
Centro Sénior	Resposta à comunidade, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas.

TIPO MORFOLÓGICO: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Unidade Cuidados Continuados (Longa Duração e Manutenção)	Resposta à comunidade, prestada através de uma unidade de internamento, de carácter temporário ou permanente, com espaço físico próprio, para prestar apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio. Tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos. Pode proporcionar o internamento, por período inferior, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano.
--	--

TIPO MORFOLÓGICO: INFANCIA E JUVENTUDE - Crianças e jovens com deficiência

Intervenção Precoce	Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.
----------------------------	--

TIPO MORFOLÓGICO: FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ajuda Alimentar no âmbito de programas específicos (FEAC) e de recolha e peditórios	Resposta social, desenvolvida através de um serviço que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar.
Atendimento/Acompanhamento Social	Resposta social desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.
Serviço de Fisioterapia / Encaminhamento e	Resposta à comunidade que integra atividades de natureza médica, de apoio aos doentes de Parkinson e que exijam um atendimento específico resultante da doença.

TIPO MORFOLÓGICO: FAMÍLIA E COMUNIDADE	
acompanhamento médico (doentes de Parkinson)	
Centro/Campo de Férias	Resposta à comunidade, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.
Loja Comunitária	Resposta à comunidade, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de apoio à comunidade mais desfavorecida, nomeadamente em risco de exclusão social por problemas de desemprego, pobreza e múltiplas carências.
Cantina Social	Resposta à comunidade, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos.
Universidade Sénior	Resposta à comunidade, desenvolvida em equipamento, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos num contexto de formação ao longo da vida.

1.2 – As políticas sociais: dos determinantes aos desafios

1.2.1 – Enquadramento histórico

Em Portugal, as políticas públicas de âmbito social desenvolveram-se sempre com forte influência europeia. As influências e especificidades associadas a cada período evidenciam-se nos exercícios de programação de equipamentos coletivos.

Na primeira metade do século XX, as políticas sociais em Portugal foram, sobretudo, influenciadas pelas políticas que vigoravam nos países europeus, relevando, sequencialmente, o modelo inglês, alemão e italiano. Assim, o Estado constituiu-se como protagonista na oferta e dotação de equipamentos coletivos de âmbito social, considerados instrumentos centrais nos processos de consolidação da organização social e política e, simultaneamente, de justiça social. O acréscimo significativo de equipamentos seria posteriormente, no período pós-guerra, retomado e densificado num quadro de expansão e renovação das áreas urbanas e amplas necessidades de equipamentos públicos de apoio. Neste período, os exercícios de programação assentavam no pressuposto que a dotação de equipamentos e serviços públicos constituía uma obrigação/responsabilidade exclusiva e inalienável do Estado.

Nos anos 60, influenciados pelas políticas sociais francesas, os exercícios de programação de equipamentos eram suportados em *standards* e na aplicação de grelhas de investimentos públicos por tipologia de equipamento, visando a universalização dos serviços segundo padrões de racionalidade do investimento. Nos anos 80, as políticas sociais, contextualizadas pela crise do Estado-Providência e da adesão de Portugal à União Europeia, passaram a focar-se em objetivos de coesão social (programas de luta contra a pobreza e exclusão social, modernização de infraestruturas e equipamentos e desenvolvimento de parcerias com as instituições do Terceiro Sector). Nos últimos anos, os exercícios tornaram-se mais complexos e dinâmicos, embora ainda focados em referenciais normalizados.

A este quadro, sucederam-se processos de mudança na sociedade, como a concentração urbana das populações (êxodo rural), e conseqüente, abandono e envelhecimento populacional das áreas rurais e forte pressão nas aglomerações urbanas.

Este processo de transição demográfica, associado a um aumento significativo da esperança média de vida e ao duplo envelhecimento demográfico (aumento da população idosa a decréscimo da população jovem), gerou novas carências de respostas específicas. Estas necessidades foram agravadas pela maior participação da mulher no mercado de trabalho, e conseqüente incapacidade em assegurar as tarefas e responsabilidades familiares que tradicionalmente lhe estavam associadas (prestação de cuidados aos grupos mais vulneráveis - crianças, elementos portadores de deficiências e doenças e idosos), gerando um recuo das redes de suporte familiar. A nível familiar emergem igualmente mudanças do foro organizacional, marcadas pela crescente atomização dos núcleos e diversificação das tipologias familiares (múltiplas variações à família tradicional).

Concomitantemente, novas exigências e mudanças comportamentais geraram profundas alterações nos apoios sociais. A desvalorização da institucionalização dos indivíduos a favor do desenvolvimento do apoio domiciliário (constatação de um maior conforto e bem-estar físico e psicológico dos indivíduos pela permanência nas suas residências), bem como alterações na perceção das doenças infectocontagiosas ou comportamentos aditivos (anteriormente tidos como fatalidades ou que conduziam à ostracização dos indivíduos), são atualmente melhor geridos, assumindo-se que a competência de resolução ultrapassa a esfera familiar centrando-se na sociedade e na

exigência de respostas adaptadas. Esta consciência de novas necessidades fomentou a diversificação das tipologias de respostas sociais.

Neste domínio, releva a consciencialização da crescente heterogeneidade de perfis da população sénior que tornam insuficientes e até desadaptadas algumas respostas sociais (os lares são cada vez mais entendidos como respostas apenas para os grandes dependentes), gerando-se lacunas de respostas que gradualmente têm sido colmatadas com a criação de novas tipologias de respostas (por exemplo, serviço de apoio domiciliário e as universidades para seniores). Por outro lado, tem aumentado significativamente o grau de exigências na oferta de respostas sociais (por utentes e familiares), relevando critérios de rigor e padrões de qualidade cada vez mais exigentes e específicos.

Esta nova realidade concorre para novas abordagens no planeamento e no ordenamento espacial dos equipamentos. Estas confrontam-se com a dualidade de objetivos marcados, por um lado, pela crescente valorização da aproximação física da oferta de equipamentos e, por outro lado, pela nova racionalidade na composição e repartição espacial da oferta. Assim, depois de uma fase de enorme esforço de investimento e num contexto de continuidade do reforço da rede (equilíbrio espacial e aumento das taxas de cobertura), importa desenvolver estratégias integradoras que maximizem sinergias e complementaridades (economias de escala), por exemplo, valorizando que os equipamento possam acolher diferentes atividades e serviços ou promovendo a requalificação e adaptação dos equipamentos a novas funções.

Por outro lado, observa-se um alargamento dos intervenientes na área da ação social e a prestação de cuidados sociais e de saúde, anteriormente uma responsabilidade afeta ao domínio da família, do Estado e do Terceiro Sector. O alargamento a organizações da sociedade civil, assumindo múltiplas formas (associações, mutualidades, cooperativas, fundações e misericórdias), num primeiro momento e, atualmente, a entidades privadas, tem gerado algum esbatimento do papel do Estado como ator da intervenção social, focando o seu papel na orientação política e na regulação.

Este enquadramento marcou o início da elaboração das Cartas de Equipamentos Sociais, no final dos anos 90. Em 2000, é publicada a primeira Carta Social, com os resultados do primeiro levantamento da rede de serviços e equipamentos sociais efetuado pelo Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Este instrumento possibilitou conhecer os

recursos que Portugal dispunha, os aspetos mais significativos do seu funcionamento, bem como o ritmo de investimento ao longo dos anos. Deste essa data, tem sido publicada anualmente uma Carta Social, importante instrumento multiuso nos domínios da informação social, capaz de orientar os investidores na rede.

1.2.2 – Determinantes da Procura

Atualmente, é unanimemente reconhecida a importância em dotar o país de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções focadas na dotação de equipamentos coletivos, pelo papel que representam na qualificação dos territórios e no reforço da coesão económica, social e territorial.

Contudo, a par da existência de uma elevada pressão social para a manutenção de fortes níveis de investimento na dotação de novos equipamentos, emerge a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económico-financeira e garantir a racionalidade e boa utilização dos dinheiros públicos.

Assumindo os princípios de justiça social, a Carta Social deve apresentar uma forte componente inovadora, contemplando respostas multifacetadas para realidades diferenciadas, em detrimento da preocupação de garantir uma oferta de respostas comuns para todos os indivíduos e territórios independentemente das suas necessidades e especificidades.

Na qualidade de fatores de diferenciação e da especificidade das carências importa destacar três dimensões:

- ✓ O **comportamento demográfico do Município**, relevando o conhecimento do perfil populacional, bem como as estimativas populacionais para os horizontes temporais de referência (e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente, dos grupos etários mais vulneráveis e portanto alvo de uma maior proteção social - as crianças e os idosos);
- ✓ As **dinâmicas socioeconómicas municipais**, compreendendo o desempenho económico, atual e prospetivo, focando as problemáticas de inserção no mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social com base no rendimento e na pobreza efetiva;

- ✓ O **binómio saúde/doença** que exige a compreensão dos impactes da doença na qualidade de vida dos indivíduos (fatores de exclusão social).

Neste quadro, as variáveis que determinam a evolução da procura de respostas sociais e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços constituem as determinantes da procura. Cada uma das determinantes da procura revela problemas sociais específicos e trata populações-alvo distintas, devendo ser contemplados nos exercícios de programação dos equipamentos sociais.

Comportamento demográfico

A análise das dinâmicas demográficas municipais (ver capítulo da contextualização/diagnóstico territorial), releva a tendência pesada do duplo envelhecimento. O decréscimo das faixas etárias mais jovens e o aumento expressivo dos grupos etários mais velhos, traduz o duplo envelhecimento da base e do topo da pirâmide etária. Estas alterações na estrutura etária da população reflete-se nos padrões de procura das respostas sociais orientadas para públicos-alvo associados a esses grupos etários nomeadamente as crianças, jovens e a população idosa.

Efetivamente, no Município de Lagoa, as crianças e a população idosa representam dois dos principais públicos-alvo das respostas sociais, protagonismo que decorre sobretudo da sua expressão quantitativa pois são públicos-alvo mais numerosos. Esta relevância tem igualmente acompanhado a operacionalização da política pública nacional, como o comprova a criação do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - PARES, na primeira década do milénio, com o objetivo de ampliação da rede de equipamentos sociais, que alocou à infância e juventude a meta mais elevada com um aumento de 50% da capacidade instalada. Acresce notar que o PARES contemplou apenas dois outros públicos-alvo: a população idosa e a população com deficiência, estabelecendo aumentos de capacidade de 10% e entre 10% a 30%, respetivamente.

Por outro lado, a programação de equipamentos sociais direcionados para esta população-alvo encontra-se facilitada pela concordância com grupos etários, permitindo a realização de exercícios de projeções demográficas com margens de erro diminutas. O mesmo não ocorre em relação aos restantes públicos-alvo, uma vez que as problemáticas que se encontram na base das suas necessidades de respostas sociais são, em geral, transversais a diversas faixas etárias.

Dinâmicas socioeconómicas municipais

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se associada à inserção no mercado de trabalho e à redistribuição da riqueza. No município de Lagoa, como no país, emergem diversos constrangimentos que impedem uma plena integração no mercado de emprego. Destacam-se os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa e a persistência de um padrão de especialização produtiva associado a modelos empresariais incipientes e marcados pela sazonalidade.

A existência destes fatores resulta na exclusão de determinados grupos do mercado de trabalho, fomentando a repartição desigual da riqueza gerada e contribuindo para a geração de grupos vulneráveis. Destacam-se as pessoas com deficiência, os desempregados, as vítimas de violência doméstica, os imigrantes, os sem-abrigo, os idosos com fracos recursos económicos, entre outros.

Não obstante a intensificação do esforço de escolarização e dos mecanismos de regulação do mercado liberal, observa-se um recrudescimento dos cidadãos que estão à margem do sistema económico.

Binómio saúde/doença

A esfera deste binómio centra-se na ausência de bem-estar físico, mental ou social. Tradicionalmente, a existência de indivíduos com doenças e a necessidade em apoiá-los, a diversos níveis, esteve na origem das mais antigas respostas sociais.

Contudo, a doença, independentemente da sua natureza (deficiências físicas ou mentais, problemas do foro psiquiátrico, comportamentos aditivos ou doenças infectocontagiosas) exige atualmente respostas mais eficazes e adequadas, quer se trate de prestação de cuidados médicos especializados em causa, quer se trate de respostas sociais que combatam as discriminações e preconceitos que impedem uma participação social e profissional ativa.

A complexidade das respostas acrescida das dificuldades económicas, de interação social e familiar, geram que estas categorias/indivíduos sejam das mais vulneráveis à exclusão social em Portugal. Apesar da maior sensibilidade e até de investimento, as

carências continuam a existir e os indivíduos portadores de doença, bem como as suas famílias, depararam-se com grande falta de apoio e de respostas.

As dificuldades de previsão de padrões comportamentais, as alterações dos estilos de vida, os avanços registados na medicina e a própria capacidade de alteração dos modelos de sistemas de saúde adotados são constrangimentos aos exercícios de projeção das necessidades.

1.2.3 – Desafios

Atualmente, a elaboração da Carta Social de Lagoa reveste-se da maior pertinência, não só pela atualidade da mesma no planeamento e gestão do território, mas sobretudo atendendo às especificidades territoriais e rápidas transformações económicas e sociais registadas, marcando o quadro de vida municipal. Não obstante a multiplicidade de fatores a considerar no exercício de programação de equipamentos, existem diversos fatores, que devem ser ponderados por constituírem importantes desafios à Carta Social.

Assim, importa atender à:

- ✓ Existência de um sistema urbano local polarizado por Lagoa, com um dinamismo atualmente bastante assinalável, comparativamente à restante estrutura urbana concelhia;
- ✓ Reduzida diversificação da base económica local e dificuldades de reintegração da população ativa, fora da época estival, agravada pela débil estrutura de qualificações e formação. Esta situação exige uma abordagem integrada dados os efeitos multiplicadores negativos que acarreta, associados à precariedade de recursos económicos entre a população desempregada e a situações sociais mais complexas (comportamentos aditivos como o alcoolismo e a toxicodependência);
- ✓ Concentração espacial dos equipamentos coletivos na freguesia sede de concelho. Embora não se assuma como uma problemática-crítica releva pelo facto dos equipamentos sociais prestarem respostas e serviços de proximidade e seja bastante relevante num quadro de transformações sociais e familiares. Acresce a existência de uma rede de transportes públicos com limitações, o que concorre para o acentuar o problema;

- ✓ Existência de fenómenos específicos de exclusão social associados à presença de minorias, como a população imigrante. Por outro lado, embora de impacte social menos visível, não são de negligenciar os fenómenos de exclusão social com base em fatores patológicos, nomeadamente, ao nível da deficiência e das doenças infetocontagiosas;
- ✓ Voluntariado, que embora constitua uma das mais recentes dinâmicas da rede não lucrativa, caracteriza-se por um carácter incipiente, à semelhança do registado na generalidade do país, por um forte défice participativo e baixos graus de exigência intrinsecamente associados à ausência de compromisso;
- ✓ Reduzida intervenção do setor privado como prestador de serviços e cuidados sociais, refletindo a realidade local, uma vez mais, uma das tendências pesadas que marcam o setor da ação social em Portugal. A reconhecida importância da intervenção dos operadores privados, nomeadamente associadas ao facto de aumentar a eficiência e a eficácia no setor, de colmatar lacunas na prestação destes serviços, assegurando o equilíbrio entre a oferta e a procura, deve ser potenciada, de forma estruturada e consolidada.

1.3 – Rede Social e intervenção do Município: Da constituição do CLAS ao Plano de Desenvolvimento Social

13.1. O Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lagoa

Face à necessidade de criar uma política social, integrada e coerente, orientada para a potenciação e eficácia das intervenções a desenvolver, em 1997, é criado o conceito de Rede Social, enquadrado legalmente pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 197/97 de 18 de Novembro e posteriormente retificado através do Decreto-Lei 115/2006.

Assumindo como base de sustentação a necessidade imperiosa de estreitar e promover articulações entre as prioridades globais/nacionais e as especificidades locais, incentivar a cooperação e concertação entre entidades públicas e privadas, promover a territorialização da intervenção social, rentabilizar as práticas e estruturas de solidariedade existentes e enfatizar a importância cada vez maior do sector social, a Rede Social visa a criação de um fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nele queiram participar. Neste quadro, assume-se como uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do desenvolvimento social, tendo em vista a criação de oportunidades de inserção social e profissional das populações em situação de desfavorecimento.

Após uma fase piloto de auscultação e concertação entre atores, nomeadamente entre autarquias e os seus parceiros sociais, ao abrigo do Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro é criado o “Programa de Apoio à Implementação da Rede Social”, que assumia como principal objetivo o apoio financeiro à implementação da Rede em cada Município, contribuindo para concretização dos objetivos, ações e projetos prioritários delineados no domínio social.

Atendendo às vantagens da constituição de uma Rede Social no concelho, o Município de Lagoa apresentou em 2004 uma candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social com o objetivo de potenciar e alargar as parcerias existentes no âmbito da promoção do desenvolvimento social, concluída com sucesso a 30 de Setembro de 2006 com uma participação ativa dos parceiros sociais locais.

A Rede Social teve a sua génese com a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) (regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Lagoa, aprovado na Sessão Plenária de 30-11-2006 - Aprovada alteração ao artigo 19º na Sessão Plenária do dia 4 de Julho de 2008).

De âmbito municipal, o CLAS de Lagoa é coordenado pelo município, cabendo-lhe através do Presidente da edilidade, ou seu representante, liderar o processo.

Segundo o Regulamento aprovado, no artigo 5º, “o CLAS-Lagoa é constituído pelos dirigentes máximos das entidades públicas ou privadas que exercem a sua atividade na área geográfica do concelho e manifestem a sua disponibilidade para o efeito, ou de o seu âmbito de intervenção ser relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente:

- a) As entidades ou organismos do sector público, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo, nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente;
- b) As instituições que desenvolvam respostas sociais, mediante a celebração de acordos de cooperação com organismos públicos, ou, nas situações em que o número de instituições, por área de intervenção, é igual ou superior a 10, podem as mesmas designar um representante assegurando-se em todos os casos a participação no CLAS-Lagoa de cada sector de intervenção social;
- c) Os presidentes das Juntas de Freguesia;
- d) Os conselheiros locais para a igualdade de género;
- e) Entidades sem fins lucrativos, tais como Associações Sindicais, Associações Empresariais, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou equiparadas, Organizações Não Governamentais, Associações Humanitárias, Associações de Desenvolvimento Local, Associações Culturais, Desportivas e Recreativas e outras instituições do sector cooperativo e social;
- f) Entidades com fins lucrativos e, pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros, cuja colaboração seja

devidamente fundamentada por parecer do Núcleo Executivo e que carece da aprovação pela maioria dos membros que compõem o CLAS-Lagoa;

g) Podem ainda participar nos trabalhos do CLAS-Lagoa e sem direito de voto nas sessões Plenárias, representantes de estruturas, projetos e órgãos de parceria, nomeadamente o Núcleo Executivo do CLAS-Lagoa, o Núcleo Local de Inserção (NLI), o Conselho Municipal de Educação, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o Conselho Municipal de Segurança, bem ainda outras redes de parceiros que se venham a constituir no concelho com o estatuto de convidados ou consultores”.

Para além da Câmara Municipal e I.S.S., IP – Centro Distrital de Faro, entidades com presença obrigatória neste órgão, integravam o Núcleo Executivo do CLAS de Lagoa, o Centro de Saúde de Lagoa, a Direção Regional de Educação do Algarve, a Associação Cultural e Desportiva da CHE Lagoense, o Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo e a Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro.

13.2. O Plano de Desenvolvimento Social (2012-2015)

Mediante as abordagens, conclusões e considerações elencadas no Diagnóstico Social 2011, o Plano de Desenvolvimento Social 2012-2015 (PDS) desenvolveu-se segundo quatro Eixos e diversos objetivos gerais:

Eixo 1. Organização e Interação Institucionais

- ✓ Consolidar o Sistema de Informação e Comunicação da Rede Social de Lagoa;
- ✓ Promover uma intervenção social integrada.

Eixo 2. Cidadania Ativa

- ✓ Promover o aumento das competências parentais;
- ✓ Promover a integração social e laboral da população imigrante;
- ✓ Promover a prática de voluntariado;
- ✓ Promover o aumento da participação cívica da população sénior;
- ✓ Promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis;

Eixo 3. Tecido Empresarial e Associativo

- ✓ Promover a divulgação de programas europeus, nacionais, regionais e locais, de apoio e incentivo às empresas;
- ✓ Dinamizar o associativismo.

Eixo 4. Rede de equipamentos e serviços

- ✓ Promover uma melhoria da mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência;
- ✓ Qualificar e aumentar as respostas ao nível do apoio a idosos, pessoas com incapacidade e deficiência e pessoas com carência económica;

- ✓ Criar condições para que os jovens do concelho ocupem os seus tempos livres de forma saudável.

Sendo a Carta Social sobretudo um instrumento de planeamento e ordenamento da rede de equipamentos e serviços sociais, importa enfatizar algumas das ações preconizadas como a “Abertura de Estrutura Residencial para Idosos pelo CAIF com a capacidade de 40 vagas em estrutura residencial e 5 de acolhimento temporário”, concretizada em 2015, e a “elaboração de um projeto para a criação de um centro de atividades ocupacionais - CAO”, ainda não concretizada.

As matrizes seguintes, procuram efetuar um balanço da operacionalização e execução do PDS, focado no último ano do Programa de Ação 2015 (a gradação de cores reflete o grau de concretização: vermelho: ação não concretizada; laranja: ação parcialmente executada; verde: ação executada), de modo a relevar da atual pertinência e atualidade das opções preconizadas.

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
1. Organização e Interação Institucionais	1.1 Consolidar o Sistema de Informação e Comunicação da Rede Social de Lagoa.	1.1.2 Até ao final de 2013, criar um sistema de divulgação das atividades da Rede Social de Lagoa.	1.1.2.1. Criação de uma newsletter para divulgação das atividades realizadas pelos parceiros do CLAS Lagoa.	Concretizado embora não sendo através de newsletter, mas sim da divulgação de todos os eventos pelo mail da Rede Social e Facebook.
		1.1.3 Até ao final de 2015, atualizar os dados do Diagnóstico Social de Lagoa.	1.1.3.1. Realização de 3 fóruns participativos abertos à comunidade.	Não concretizado porque foi cancelado em reunião do núcleo executivo.
			1.1.3.2. Elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Lagoa.	Concretizado em 2016.
			1.1.3.3. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do CLAS Lagoa.	Concretizado em 2016.
	1.2 Promover uma intervenção social integrada.	1.2.1 Implementar, até julho de 2015, um programa de atendimento integrado no concelho (SOS no terreno).	1.2.1.1. Elaboração do Regulamento Interno do Programa de Atendimento Integrado.	Atividade em fase de implementação

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
2. Cidadania Ativa	2.1- Promover o aumento das competências parentais.	2.1.1 Realizar, até final de 2015, 10 ações de promoção de competências parentais.	2.1.1.1. Desenvolvimento do Projeto “Bem nascer, melhor crescer” da UCC D’Alagoa no Bairro Municipal Jacinto Correia.	Implementado em novembro de 2015, em articulação com o NLI, sendo desenvolvida pela UCC D’Alagoa nas instalações do Centro de Saúde.
		2.1.2 Compilar para divulgação, até final de 2015, um manual de apoio à parentalidade positiva.	2.1.2.1. Elaboração de um Manual de Apoio à Parentalidade Responsável e Segura.	Concretizado.
		2.1.3 Constituir, até final de 2015, um grupo de pais capacitado para disseminar, entre pares, ações de treino de competências parentais.	2.1.3.1. Apresentação/divulgação do Manual de Apoio à Parentalidade Responsável e Segura às Associações de Pais.	Concretizado em 17 dezembro 2015 Sala reuniões CS Lagoa - UCC D’Alagoa.
	2.3 - Promover a integração social e laboral da população imigrante.	2.3.3 Até final de 2015, realizar 6 cursos de língua portuguesa para 120 imigrantes.	2.3.3.1 Realização de 1 cursos de língua portuguesa para estrangeiros (PPT).	Não se realizou por não haver inscrições suficientes.

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
2. Cidadania Ativa	2.4. Promover a prática de voluntariado.	2.4.1 Até final de 2015, promover a criação de 3 projetos de voluntariado no concelho.	2.4.1.1. Desenvolvimento do Projeto “Música nos Bairros”.	Workshops pontuais.
			2.4.1.2. Desenvolvimento do Projeto “Animar a Escola”.	Não foi criado o projeto no entanto foram realizadas ações de sensibilização pela ADR – Qta S. Pedro CLDS+ de Lagoa – Projeto A Fábrica.
			2.4.1.3. Desenvolvimento da ação de recolha de bens alimentares no âmbito do Espaço DER – Dar e Receber.	Concretizado.
		2.4.2 Até final de 2015, realizar ações	2.4.2.1 Realização de 3 sessões de sensibilização	Atividade parcialmente

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do
	2.6. Promover o aumento da participação cívica da população sénior.	de sensibilização com vista à angariação de 50 voluntários.	sobre voluntariado, com vista à angariação de voluntários.	concretizada com a realização de uma sessão com os alunos da PAMOL.
		2.6.2 Até final de 2015 realizar 10 atividades de promoção do envelhecimento ativo junto da população.	2.6.2.1 Desenvolvimento do Projeto “PESO Saudável” .	- Implementado na ACD CHE Lagoense 4 junho 2015. Implementado na - SCME e CPL Realizado para funcionários 02/03/2016
			2.6.2.2. Realização de 2 sessões de esclarecimento/informação sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros nos Centros Seniores do concelho de Lagoa e Academia Cultural Sénior de Lagoa	- Implementado na ACSL 4 junho 2015
		2. Cidadania Ativa	2.7 Promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.	2.7.1 Até final de 2015, desenvolver atividades de promoção do aumento do sucesso escolar.
2.7.1.2. Desenvolvimento da atividade “+ turma, + sucesso”, ao nível da Língua Portuguesa e da Matemática, abrangendo os 2º e 3º ciclos.	Atividade concretizada – 207 alunos			
2.7.1.3. Desenvolvimento do Projeto “Grupos de nível” abrangendo o 5º, 6º, 7º e 8º anos.	Projeto decorreu e abrangeu 480 alunos.			
2.7.1.4. Realização de workshops de educação não formal.	Atividade concretizada			
2.7.2 Até ao final de 2015, melhorar as competências de empregabilidade dos jovens em idade ativa.	2.7.2.1. Desenvolvimento do Projeto “Hoje sou...”.			Atividade concretizada
	2.7.2.2. Realização de um mini curso de formação na área da fotografia.			Atividade concretizada
	2.7.2.3. Dinamização do Gabinete da Empregabilidade e do Gabinete de Inserção Profissional			Atividade concretizada

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
3. Tecido Empresarial e Associativo	3.1. Promover a divulgação de programas europeus, nacionais, regionais e locais, de apoio e incentivo às empresas.	3.1.1. Realizar, até ao final de 2014, 3 ações de consultoria direcionadas a micro e pequenas empresas.	3.1.1.1. Prestação do serviço técnico de apoio a 10 empresas do concelho, no âmbito do Gabinete da Empregabilidade e do GIP de Lagoa	Atividade concretizada
	3.3. Dinamizar o associativismo.	3.3.2. Até junho de 2015, realizar um Encontro interassociativo.	3.3.2.1. Realização de um Encontro interassociativo.	Realizados: -VI Congresso de Psicologia do ISMAT "SEXUAL(IDADE)S" no dia 30/05/15 -IV Jornadas d'O Companheiro, "PERCURSOS EM LIBERDADE: ALÉM DAS GRADES," no dia 22/10/15.

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado	
4. Rede de equipamentos e serviços	4.1 Promover uma melhoria da mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência.	4.1.1. Realizar, até ao final de 2014, 3 ações de sensibilização sobre Acessibilidades.	4.1.1.1. Realização de ações de sensibilização sobre acessibilidades.	Formação realizada.	
		4.1.2. Até final de 2014, realizar um estudo sobre as barreiras arquitetónicas no acesso aos edifícios públicos do concelho de Lagoa.	4.1.1.2. Elaboração de um estudo sobre acessibilidades aos edifícios público de Lagoa.	Elaborado durante o ano e em vias de aprovação.	
	4.2 Qualificar e aumentar as respostas ao nível do apoio a idosos, pessoas com incapacidade e deficiência e pessoas com carência económica.	4.2.1. Até ao final de 2015, aumentar em 10% a capacidade de resposta dos equipamentos sociais para idosos.	4.2.1.1. Criação de 4 vagas de Estrutura Residencial para Idosos no CASP.	4.2.1.1. Criação de 4 vagas de Estrutura Residencial para Idosos no CASP.	Iniciado em 2015 e finalizado no 1º trimestre de 2016
			4.2.1.2. Abertura de Estrutura Residencial para Idosos pelo CAIF com a capacidade de 40 vagas em estrutura residencial e 5 de acolhimento temporário.	4.2.1.2. Abertura de Estrutura Residencial para Idosos pelo CAIF com a capacidade de 40 vagas em estrutura residencial e 5 de acolhimento temporário.	Concretizado em dezembro de 2015.
		4.2.2. Até ao final de 2015, alargar a cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário a todas as freguesias	4.2.2.1. Elaboração do levantamento de idosos isolados com necessidade de apoio domiciliário.	4.2.2.1. Elaboração do levantamento de idosos isolados com necessidade de apoio domiciliário.	Cumprido.

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do
		do concelho.		
		4.2.5. Até ao final de 2015, criar uma estrutura de atividades ocupacionais para adultos com incapacidade e deficiência.	4.2.5.1. Elaboração de um projeto para a criação de um CAO.	Não foi concretizado, tendo sido criado um protocolo onde as técnicas se deslocam mensalmente esta Instituição para o atendimento e encaminhamentos na área.
		4.2.6 Proporcionar formação aos cuidadores formais que desempenham funções nos serviços de Apoio Domiciliário das IPSS CAIF e SCME	4.2.6.1 Implementação do projeto "Ser Cuidador" da UCC D'Alagoa nos serviços de Apoio Domiciliário das IPSS CAIF e SCME.	Atividade implementada na SCME de 21/10 a 02/12 (7 sessões)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
4. Rede de equipamentos e serviços	4.3 Criar condições para que os jovens do concelho ocupem os seus tempos livres de forma saudável.	4.3.1. Até ao final de 2015, dinamizar e potenciar a participação ativa dos jovens nas atividades das instituições.	4.3.1.1. Divulgação de boas práticas de integração de jovens voluntários nas Férias Desportivas do concelho, na newsletter da Rede Social.	Atividade concretizada, exceto a gestão da newsletter que não compete à ADR. Newsletter não existe porque as atividades/eventos são divulgadas através de Facebook.
			4.3.1.2. Reunião de sensibilização das entidades parceiras para o acolhimento de jovens voluntários na animação das suas atividades.	Atividade concretizada - Nas visitas às entidades do concelho, estas eram sensibilizadas para o acolhimento de jovens em estágios curriculares e profissionais. O Projeto A Fábrica acolheu em 2 anos, 5 jovens em estágio curricular
		4.3.2. Incentivar a prática desportiva, até ao final de 2015.	4.3.2.1. Divulgação do Gabinete de Aconselhamento para a Alimentação e Atividade Física, da CML	Divulgação das atividades através de e-mail e do Facebook.
		4.3.3 Até ao final de 2015, possibilitar novas experiências à população jovem.	4.3.3.1. Dinamização de Workshop de Yoga. 4.3.3.2. Realização de Seminário Hip Hop Educação.	Atividade concretizada. Atividade alterada para "Bairro com Vida" que incluiu

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Atividade	Cumprimento do Plano delineado
				demonstrações de Hip Hop nos bairros sociais.
			4.3.3.3. Realização de Energia – Fantasma.	Atividade concretizada

1.4. Rede Social de Lagoa: uma reflexão pelos atores

No processo de elaboração da Carta Social foram auscultados os principais atores locais, sobretudo quando da operacionalização do processo de inquirição às entidades, equipamentos e respostas sociais. Desta auscultação, relevam diversas conclusões importantes sobre a Rede Social de Lagoa, que importa sistematizar, pela importância e impacto que poderão assumir na prossecução da estratégia e operacionalização dos projetos a integrar na Carta Social.

- ✓ A Rede Social deveria ser mais dinâmica e ativa, contemplando menos reflexão teórica e conceptual e focar-se, sobretudo, na resolução de problemas práticos e no estabelecimento/estimulo à criação de parcerias/redes específicas (enfatizar e divulgar as mais valias/vantagens de participar na Rede). Ou seja, o Programa da Rede Social é pouco participado, sobretudo pela dificuldade de passar uma mensagem/imagem de utilidade prática para as entidades. Implementação de uma dinâmica funcional, em rede, que possibilitasse a resolução de problemas no terreno em parceria.
- ✓ Reduzida visão de parceria, não existe uma filosofia de intervenção concertada entre as instituições do concelho. Falta dinamismo e empatia e a criação de atividades com as quais os parceiros se identifiquem e considerem úteis.
- ✓ Algumas entidades valorizam o estabelecimento de parcerias e participam ativamente nas mesmas. Contudo, em termos genéricos, existe uma reduzida proatividade, prática e falta iniciativa aos parceiros, no entanto, quando mobilizados os parceiros aderem ao solicitado;
- ✓ A falta de recursos humanos das instituições, acrescida da indisponibilidade de tempo dos técnicos, faz com que exista pouca adesão e até participação nas reuniões (dificulta um maior envolvimento fora das atividades normais de cada instituição), sugerindo-se que fossem prosseguidas na Rede atividades mais

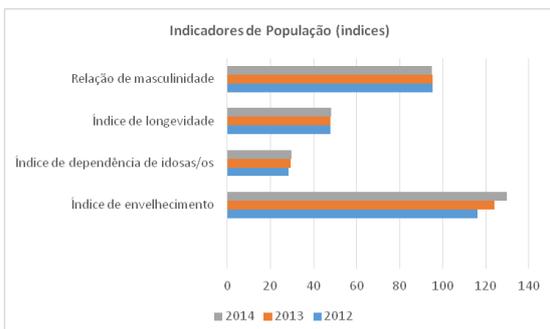
práticas e que se salientasse as vantagens sinérgicas do trabalho em rede (muitas instituições/dirigentes resistentes à mudança).

- ✓ De um modo geral, falta incentivo, estímulo, mobilização e acompanhamento, um fio condutor. É importante que exista uma partilha de informação e que se constituam parcerias construtivas. A realização de reuniões, de trabalho em grupo com os mesmos objetivos, seria fundamental.
- ✓ O CLAS tem uma estrutura formal inacessível e pouco pragmática seria necessário para uma maior eficácia manter-se uma regularidade nas sessões, criar ritmos e rotinas porque que não se crie um afastamento entre os participantes.
- ✓ A génese do CLAS deveria ser transmitida para que não se perca o fio condutor e as reuniões costumam ser demasiado burocráticas, gera depois muita falta de identificação.
- ✓ É necessário congregar parcerias através de um interlocutor privilegiado.
- ✓ A criação de dinâmica entre instituições e valorizar o trabalho que já é feito e congregar esforços. Realizar um projeto que envolvesse várias IPSSS, que seja integrador e envolva o núcleo executivo e que possa ser pensado por todos os parceiros. Seria um projeto de intervenção comunitária tendo como público-alvo jovens ou idosos dentro das problemáticas mais vulneráveis e nos contextos de risco.

2. Das especificidades territoriais e setoriais à problemáticas existentes e emergentes

2.1 Do diagnóstico territorial: Caracterização do Concelho de Lagoa

	<p>Situado na Região do Algarve (NUT II e III), no Barlavento, o Concelho de Lagoa dista cerca de 50Km da cidade de Faro, capital do Distrito. Possui uma área total de 88,3 Km². (1,8% da superfície da NUT II Algarve). O Concelho de Lagoa é constituído por quatro freguesias: Parches, União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro, União das freguesias de Estômbar e Parchal e Ferragudo, desenvolvendo-se no sentido longitudinal, com uma orientação WNW-ESSE.</p> <p>Da rede rodoviária que estrutura o território, releva a EN125 (atravessa o concelho longitudinalmente, de Parches, a Lagoa e envolve a Estômbar) e a EN124-1 que estabelece a ligação entre a A22 e a sede de concelho.</p>
<p>Fonte: NE, I.P., Recenseamentos Gerais da População 1991,2001,2011</p> <p>Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográfica e Estimativas Provisórias da População residente</p>	<p>Em 2011, o concelho de Lagoa possuía 22.975 residentes, traduzindo uma evolução bastante positiva face aos valores contabilizados quando do Recenseamento Geral da População de 1991. Esse acréscimo demográfico foi sobretudo marcante no último período intercensitário (2001-2011). Da análise inter-freguesias, releva a importância da freguesia sede de concelho para esta evolução.</p> <p>Em 2014 a densidade populacional no concelho de Lagoa era de 257hab/km², traduzindo uma progressiva redução desde 2012, em função da diminuição do efetivo populacional. A taxa de crescimento efetivo era negativa (-0,12%), sobretudo como resultado de uma taxa de mortalidade bastante superior à taxa de natalidade (10,6 e 7,9%, respetivamente). A redução da taxa de natalidade é bastante notória face a 2012 (-8,1%). A evolução da taxa de mortalidade (crescimento próximo dos 3%) apresenta um comportamento antagónico à realidade algarvia e nacional. Com uma taxa de nupcialidade bastante reduzida, em queda desde 2012, a proporção de nados-vivos fora do casamento apresenta valores bastante significativos (70,4%, em 2014).</p>

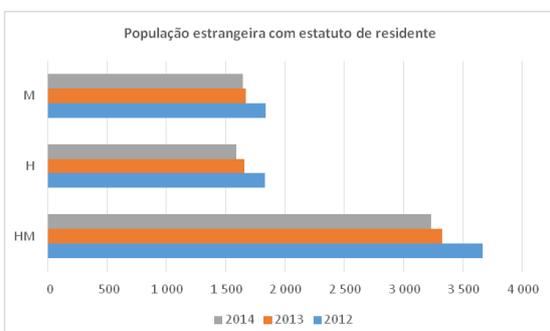


Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográfica e Estimativas Provisórias da População residente; Tábuas completas de mortalidade; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e fronteiras.

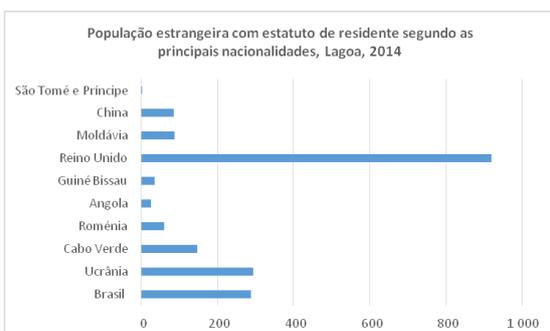


Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográfica e Estimativas Provisórias da População residente.

O índice de envelhecimento tem vindo paulatinamente a agravar-se, registando em 2014, valores bastante significativos, como resultado do aumento da esperança média de vida e da redução das taxas de natalidade e fecundidade. Entre 2012 e 2014, o índice sofreu um incremento de 11,7%, traduzindo uma tendência de crescimento bastante superior à observada na Região e no Continente. (6,1 e 7,7%, respetivamente). Como consequência, o índice de dependência de idosos tem igualmente vindo a agravar-se, sendo de 29,9, em 2014. Desde 2012, que o concelho tem vindo paulatinamente a reduzir o seu efetivo populacional. Em 2014, estima-se que a população residente não ultrapasse os 22.723 residentes. A distribuição por grandes grupos etários apresenta-se assimétrica, sendo relevante o número de efetivos registado no grupo dos 65 ou mais anos (4.447, em 2014). Esse grupo sofreu um incremento notável, no período 2012-2015 (5,2%), superior ao registado na Região e no Continente, espaços territoriais onde o envelhecimento demográfico também emerge como uma realidade marcante. O grupo etário situado na base da pirâmide, 0-14 anos, continua a registar uma perda importante (-5,8%, entre 2012 e 2014), como resultado da reiterada quebra das taxas de fecundidade e natalidade observada nos últimos anos.



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográfica; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e fronteiras.



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográfica; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e fronteiras.

Nos últimos anos, no concelho de Lagoa, regista-se um acréscimo bastante importante da população estrangeira a quem foi concedido título de residência (38,1%, entre 2012 e 2014). Em 2014, contabilizaram-se 221 pessoas, equitativamente distribuídas por género. Essa evolução é manifestamente superior à registada no Algarve (8,8%) e em sentido inverso à registada no Continente, traduzindo um importante efeito de atração de imigrantes pelo município. Não obstante, no que se refere à população estrangeira com estatuto de residente no concelho, constata-se uma redução no mesmo período (superior a 13%), refletindo uma inversão do processo migratório, com o regresso aos países de origem ou a procura de melhores condições de vida noutros países do espaço europeu. Em 2014, em Lagoa, contabilizavam-se 3.231 pessoas estrangeiras com estatuto de residente.

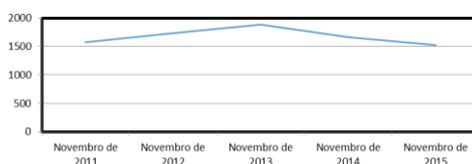
Da população com estatuto de residente, destacam-se como países de origem: o Reino Unido (920 residentes, em 2014), a Ucrânia (295) e o Brasil (289). Embora com efetivos mais reduzidos merecem ainda relevo países como Cabo Verde e a Moldávia. Em termos relativos, observam-se reduções significativas das comunidades que marcaram o processo de imigração de Leste nas duas décadas anteriores: Moldávia, Roménia e Ucrânia. Também a Comunidade brasileira perdeu um número significativo de efetivos. Esta saída massiva do concelho pode traduzir uma menor capacidade de criação de emprego e geração de rendimentos, gerando o regresso

	<p>aos seus países de origem ou a procura de melhores condições noutros países europeus.</p>																				
<p>Indicadores do mercado de trabalho</p> <table border="1"> <caption>Indicadores do mercado de trabalho</caption> <thead> <tr> <th>Indicador</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações</td> <td>~22,3%</td> <td>~22,3%</td> <td>~22,3%</td> </tr> <tr> <td>Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade</td> <td>~2,0%</td> <td>~2,0%</td> <td>~2,0%</td> </tr> <tr> <td>Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa</td> <td>~14,8%</td> <td>~14,8%</td> <td>~14,8%</td> </tr> <tr> <td>Disparidade no ganho médio mensal por sexo</td> <td>~22,0%</td> <td>~22,0%</td> <td>~22,0%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal</p>	Indicador	2011	2012	2013	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	~22,3%	~22,3%	~22,3%	Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	~2,0%	~2,0%	~2,0%	Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	~14,8%	~14,8%	~14,8%	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	~22,0%	~22,0%	~22,0%	<p>No concelho de Lagoa, os trabalhadores por conta de outrem laboram, sobretudo em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores (29,2%, em 2013), refletindo a importância que as micro e pequenas empresas possuem no tecido empresarial local. Este valor apresenta-se bastante superior à média do Continente (22,3%). A proporção dos TCP nos estabelecimentos de maior dimensão (250 trabalhadores) é bastante diminuta (14,8%), demonstrando a reduzida expressão de grandes unidades empregadoras no concelho. O ganho mensal dos trabalhadores é inferior à media regional e, sobretudo, nacional. Não obstante as disparidades por género são menos notórias e gravosas que nestes espaços territoriais. As disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações, são relevantes (22%, em 2013), significativamente mais reduzidas que as registadas no Continente, refletindo uma menor desigualdade salarial em função do nível de formação.</p>
Indicador	2011	2012	2013																		
Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	~22,3%	~22,3%	~22,3%																		
Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	~2,0%	~2,0%	~2,0%																		
Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	~14,8%	~14,8%	~14,8%																		
Disparidade no ganho médio mensal por sexo	~22,0%	~22,0%	~22,0%																		
<p>Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade</p> <table border="1"> <caption>Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade</caption> <thead> <tr> <th>Sector</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Terciário</td> <td>~4000</td> <td>~4000</td> <td>~4000</td> </tr> <tr> <td>Secundário</td> <td>~500</td> <td>~500</td> <td>~500</td> </tr> <tr> <td>Primário</td> <td>~100</td> <td>~100</td> <td>~100</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal</p>	Sector	2011	2012	2013	Terciário	~4000	~4000	~4000	Secundário	~500	~500	~500	Primário	~100	~100	~100	<p>No concelho de Lagoa, tendo por base os TCO, observa-se uma forte terciarização da base económica, acompanhando de forma ainda mais vincada a tendência regional e nacional. Em 2013, cerca de 87,9% dos TCO laboram em atividades do setor terciário (3.949 trabalhadores). No período 2011-2013, em termos absolutos regista-se uma acentuada quebra no emprego, em todos os setores, embora a um ritmo mais reduzido no setor terciário (-2,3%) e sobretudo concentrado no género masculino. Esta assimetria de género, no que se refere as quebras registadas nos trabalhadores por conta de outrem, é sobretudo marcante no caso da NUT II Algarve (redução superior a 12%, nos homens) e no que ao setor secundário diz respeito (refletindo o encerramento ou redução de pessoal nas unidades industriais, onde a mão-de-obra masculina é dominante).</p>				
Sector	2011	2012	2013																		
Terciário	~4000	~4000	~4000																		
Secundário	~500	~500	~500																		
Primário	~100	~100	~100																		
<p>Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade</p> <table border="1"> <caption>Ganho médio mensal dos/das trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade</caption> <thead> <tr> <th>Género</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>M (Masculino)</td> <td>~927</td> <td>~927</td> <td>~927</td> </tr> <tr> <td>H (Feminino)</td> <td>~839</td> <td>~839</td> <td>~839</td> </tr> <tr> <td>HM (Misto)</td> <td>~1028</td> <td>~1028</td> <td>~1028</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal</p>	Género	2011	2012	2013	M (Masculino)	~927	~927	~927	H (Feminino)	~839	~839	~839	HM (Misto)	~1028	~1028	~1028	<p>Este comportamento é bastante mais notório e preocupante quando comparado com a realidade registada no Algarve (quebra de apenas 1,2%) ou no Continente (incremento em 0,9%). Em 2014, o ganho médio dos TCO no município era de apenas 919 euros. Esta redução salarial foi sobretudo marcante nas atividades do setor terciário (quebra superior a 18,8%), gerando que em 2013, o ganho médio não ultrapassasse os 927 euros. Registe-se que este valor esconde ainda uma forte assimetria em função do género (em 2013, no concelho, as mulheres tinham um rendimento de apenas 839 euros, valor bem mais reduzido quando comparado ao auferido pelos homens – 1.028 euros).</p>				
Género	2011	2012	2013																		
M (Masculino)	~927	~927	~927																		
H (Feminino)	~839	~839	~839																		
HM (Misto)	~1028	~1028	~1028																		

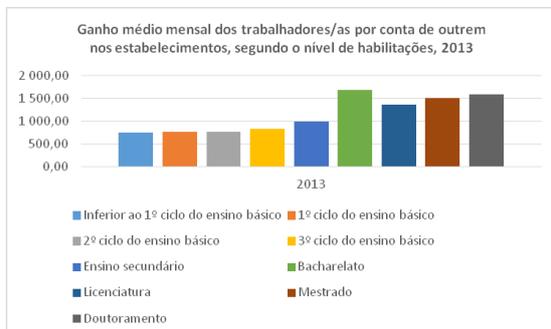


Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal

EVOLUÇÃO DO Nº DE DESEMPREGADOS RESIDENTES EM LAGOA, INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PORTIMÃO (2011-2015)



Fonte: IEFP, 2011; IEFP, 2010; IEFP 2009; IEFP 2008; IEFP, 2007; IEFP, 2015

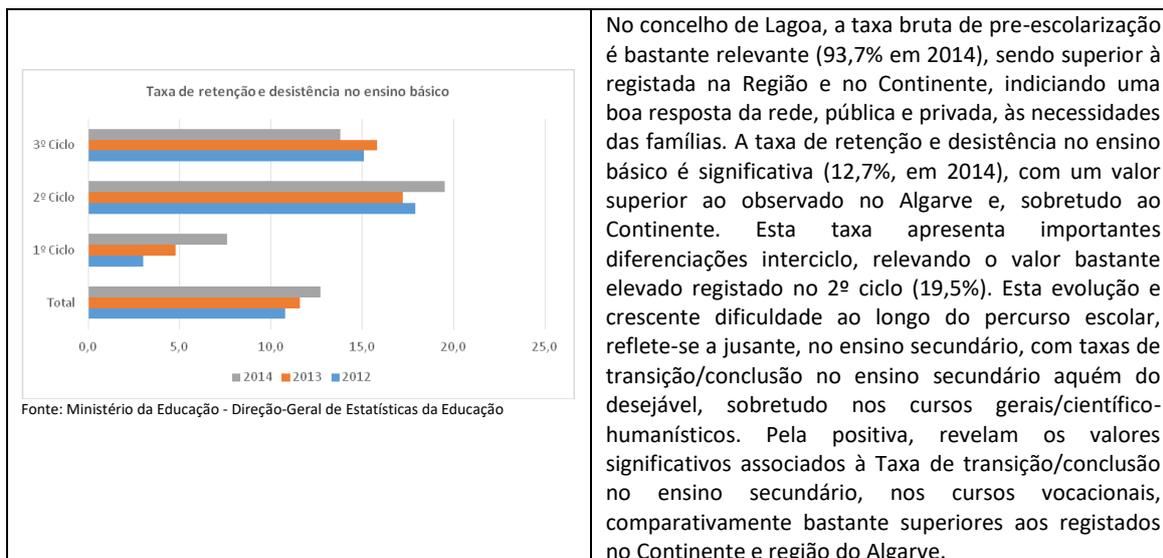


Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal

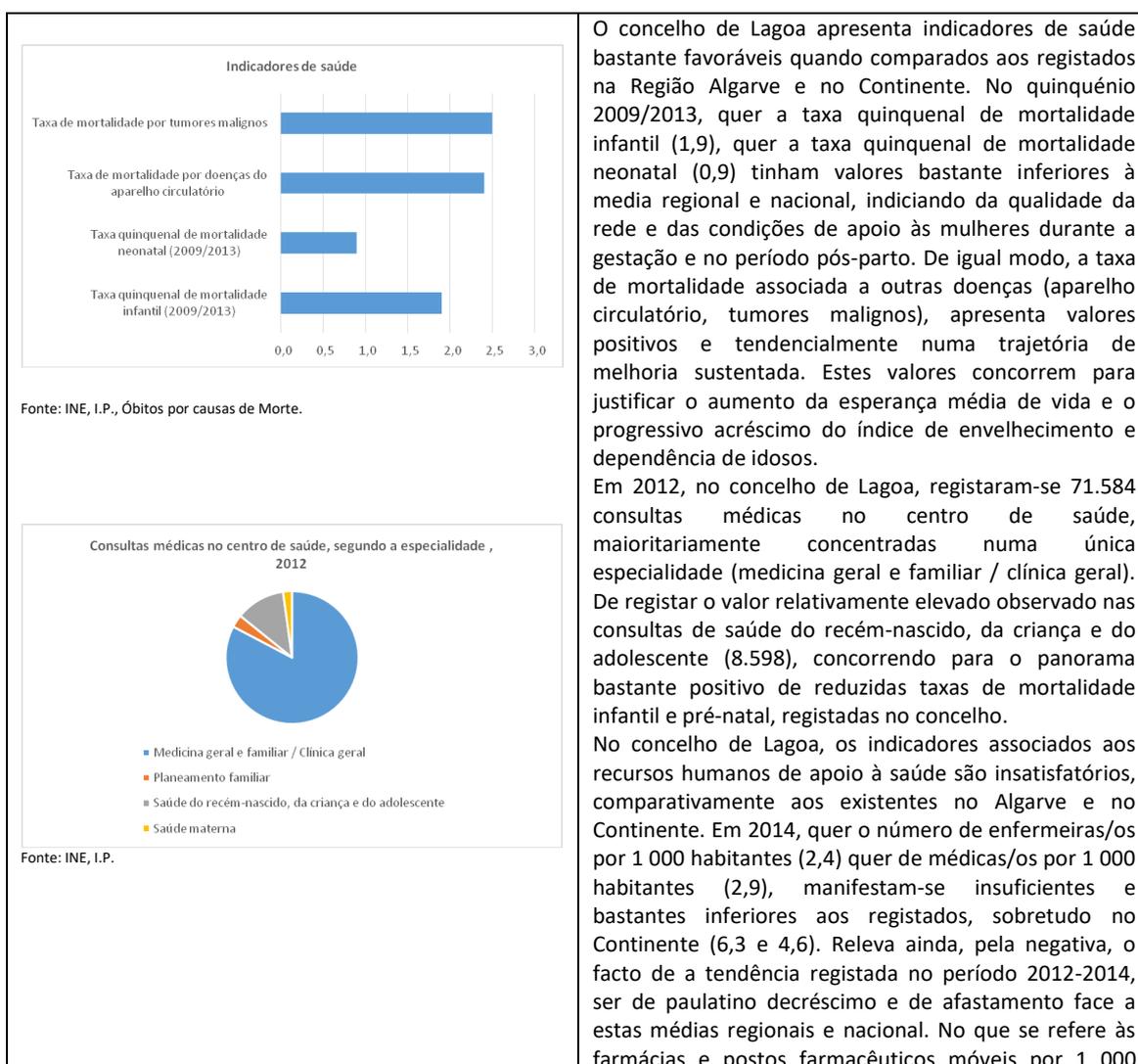
No concelho de Lagoa, cerca de 1/3 dos TCO possui o 3º ciclo do ensino obrigatório, sendo igualmente relevante a proporção de trabalhadores com o ensino secundário (27%). Os níveis de habilitação mais elevada (licenciaturas, mestrados), continua a ter um peso relativo marginal. Num quadro de progressivo envelhecimento dos recursos humanos e conseqüente saída do mercado de trabalho (reforma), os níveis de habilitação inferior (sobretudo com menos do 1º ciclo, população analfabeta), tende a reduzir-se substancialmente (acompanhando, de modo ainda mais marcante, a evolução registada na Região e no Continente). Em 2013, apenas 376 TCO possuíam o grau de licenciatura, evidenciando a existência de um mercado de trabalho sustentado em atividades com diminutas exigências/necessidades de qualificação e formação.

No concelho de Lagoa, o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional aumentou significativamente entre 2007 e Novembro de 2014, ano em que atingiu o pico próximo dos 2.000 desempregados. Ao longo dos últimos 2 anos, desde Novembro de 2013, observa-se um decréscimo importante do número de desempregados registados (cerca de 1.500, em Novembro de 2015).

No concelho de Lagoa, o nível de habilitações é indissociável do ganho médio mensal auferido pelos TCO. Neste quadro, observa-se um diferencial significativo dos montantes auferidos pelos TCO com habilitações superiores, comparativamente aos que possuem graus de formação inferiores. Em 2013, os TCO com habilitações ao nível da licenciatura, bacharelato, mestrado e doutoramento recebiam salários superiores a 1.300 euros, com especial destaque para os TCO com bacharelato em que o valor ascendia a 1678 euros (os TCO com níveis inferiores ao 3º ciclo, não ultrapassam os 770 euros mensais). Não obstante estes valores, elevados, registam-se quebras significativas no período 2011-2013, em qualquer dos níveis de habilitação, em resultado do ajustamento observado no mercado laboral, numa conjuntura adversa de crise económico-financeira nacional.



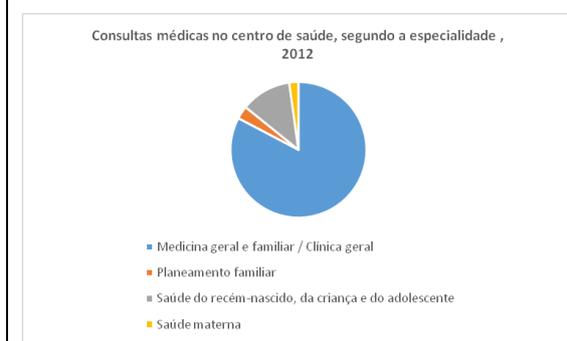
No concelho de Lagoa, a taxa bruta de pre-escolarização é bastante relevante (93,7% em 2014), sendo superior à registada na Região e no Continente, indiciando uma boa resposta da rede, pública e privada, às necessidades das famílias. A taxa de retenção e desistência no ensino básico é significativa (12,7%, em 2014), com um valor superior ao observado no Algarve e, sobretudo ao Continente. Esta taxa apresenta importantes diferenciações interciclo, relevando o valor bastante elevado registado no 2º ciclo (19,5%). Esta evolução e crescente dificuldade ao longo do percurso escolar, reflete-se a jusante, no ensino secundário, com taxas de transição/conclusão no ensino secundário aquém do desejável, sobretudo nos cursos gerais/científico-humanísticos. Pela positiva, revelam os valores significativos associados à Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, nos cursos vocacionais, comparativamente bastante superiores aos registados no Continente e região do Algarve.

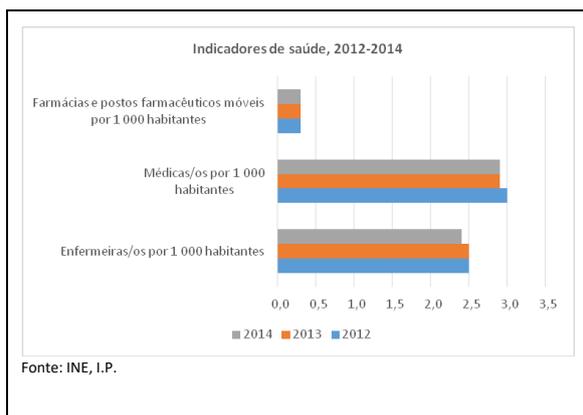


O concelho de Lagoa apresenta indicadores de saúde bastante favoráveis quando comparados aos registados na Região Algarve e no Continente. No quinquénio 2009/2013, quer a taxa quinquenal de mortalidade infantil (1,9), quer a taxa quinquenal de mortalidade neonatal (0,9) tinham valores bastante inferiores à média regional e nacional, indiciando da qualidade da rede e das condições de apoio às mulheres durante a gestação e no período pós-parto. De igual modo, a taxa de mortalidade associada a outras doenças (aparelho circulatório, tumores malignos), apresenta valores positivos e tendencialmente numa trajetória de melhoria sustentada. Estes valores concorrem para justificar o aumento da esperança média de vida e o progressivo acréscimo do índice de envelhecimento e dependência de idosos.

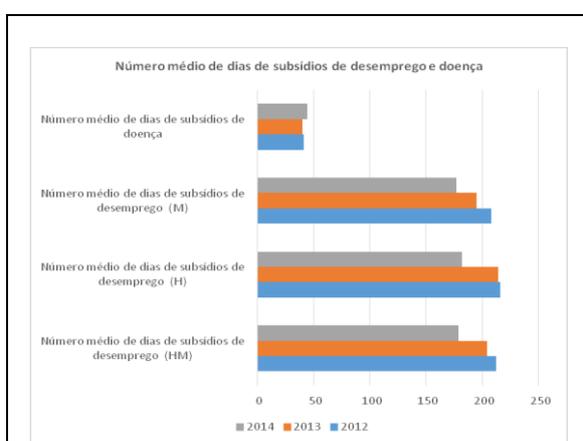
Em 2012, no concelho de Lagoa, registaram-se 71.584 consultas médicas no centro de saúde, maioritariamente concentradas numa única especialidade (medicina geral e familiar / clínica geral). De registar o valor relativamente elevado observado nas consultas de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente (8.598), concorrendo para o panorama bastante positivo de reduzidas taxas de mortalidade infantil e pré-natal, registadas no concelho.

No concelho de Lagoa, os indicadores associados aos recursos humanos de apoio à saúde são insatisfatórios, comparativamente aos existentes no Algarve e no Continente. Em 2014, quer o número de enfermeiras/os por 1 000 habitantes (2,4) quer de médicas/os por 1 000 habitantes (2,9), manifestam-se insuficientes e bastantes inferiores aos registados, sobretudo no Continente (6,3 e 4,6). Relewa ainda, pela negativa, o facto de a tendência registada no período 2012-2014, ser de paulatino decréscimo e de afastamento face a estas médias regionais e nacional. No que se refere às farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1 000

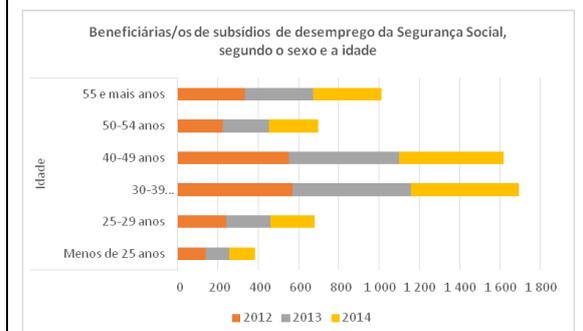




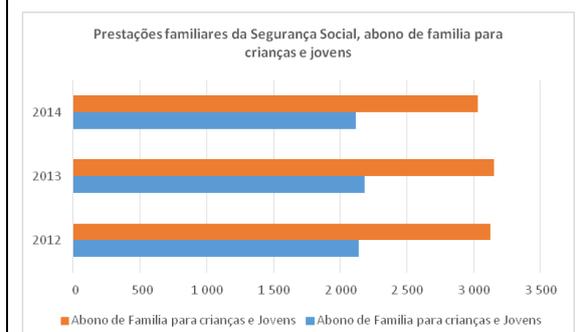
habitantes, o concelho possui valores semelhantes e acompanha a evolução no Algarve e no Continente (0,3).



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)



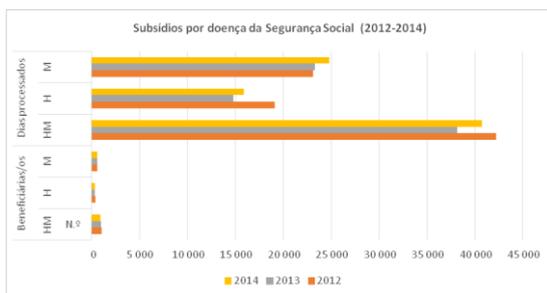
Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)

No concelho de Lagoa, acompanhando a tendência regional e nacional, o valor médio das pensões tem vindo a crescer de forma sustentada e gradual (7,9%, entre 2012 e 2014). Não obstante, o valor médio de subsídio de desemprego tem vindo a reduzir-se (-20%, entre 2012-2014), como resultado de novas orientações e alterações no quadro legal. Em 2014, no concelho de Lagoa, o número médio de dias de subsídio de desemprego era de 179 e de subsídio de doença era de 44.

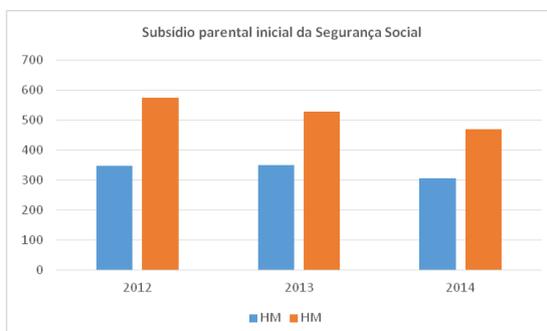
Em 2014, o número de pensionistas no concelho de Lagoa rondava os 5700, traduzindo um acréscimo de 1,6%, no período 2012-2014. A esmagadora maioria representam pensionistas por velhice, sendo os por invalidez uma parte residual. As pensões por sobrevivência aumentaram 2,7%, entre 2012-2014 (cerca de 1% no Algarve e no Continente).

No concelho de Lagoa, entre 2012 e 2014, observa-se uma redução do número de beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social (-3,9%), acompanhando, de forma menos consistente, a tendência regional e nacional (-6,7% e -9,1%, respetivamente). Em 2014, estes beneficiários rondavam os 1980 residentes no município, com ligeiro predomínio para os beneficiários do sexo feminino, num quadro em que se registou uma quebra de beneficiários masculinos no período de análise (ao contrário do observado para o género feminino). As reduções registadas no período, para qualquer das unidades geográficas de análise, associam-se sobretudo aos novos beneficiários/as (diminuição próxima dos 30%, em Lagoa). A maioria dos beneficiários possui entre 30 a 49 anos, sendo contudo de relevar o número significativo de beneficiários com mais de 55 anos (relevante num quadro de grande dificuldade de inserção no mercado laboral de trabalhadores enquadrados nestas idades, próximas da idade legal de reforma).

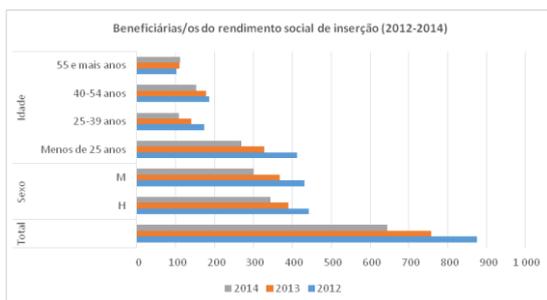
Em 2014, contabilizavam-se 5,3 milhões de euros de subsídio de desemprego da Segurança Social processados no Município, associados a cerca de 355 mil dias processados. Estes valores apontam para reduções bastante significativas no período 2012-2014, cerca de -23,4% no caso dos valores processados e de -18,7% no caso dos dias processados, em parte



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)



Fonte: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social – Instituto de Informática, IP.. . (publicada pelo INE, nos Anuários Estatísticos Regionais anuais)

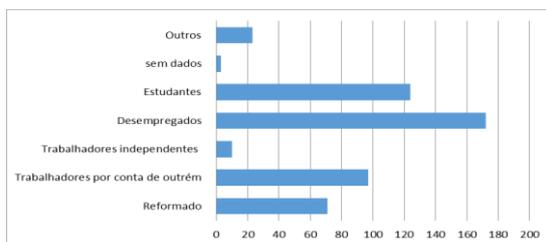
justificados pelas alterações significativas ocorridas no quadro legal enquadratório, num contexto de contenção e consolidação orçamental das contas públicas gerada pela conjuntura económico-financeira adversa. Registe-se, contudo, que estes decréscimos acentuados se apresentam bastante superiores à média nacional.

No período 2012-2014, em Lagoa, registam-se reduções importantes na generalidade das principais pensões familiares da Segurança Social, como resultado do novo enquadramento legal e normativo resultante do programa de ajustamento financeiro adotado pelo país (consolidação das contas públicas). Em 2014, contabilizavam-se 2117 beneficiários de abono de família para crianças e jovens, traduzindo uma perda de 1,1%, comparativamente aos valores de 2012 (esta quebra foi bastante significativa no que respeita aos valores processados - cerca de 100 mil euros). Com números absolutos muito reduzidos, quase sem expressão concelhia, também se observam decréscimos no subsídio por assistência de 3ª pessoa e no subsídio de funeral.

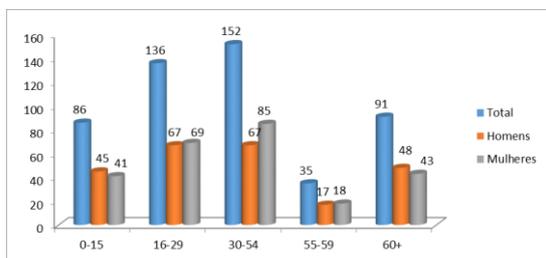
No período 2012-2014, no concelho de Lagoa, registam-se reduções importantes nos principais indicadores associados aos subsídios por doença da Segurança Social. No caso dos beneficiários observa-se um decréscimo superior a 10% (926 beneficiários, maioritariamente do sexo feminino), num comportamento antagónico ao registado no Algarve (acrécimo de 7,6%, no período 2012-2014). Foram processados 40716 dias, em 2014, o que releva uma redução significativa face a 2013 (-3,6%), numa trajetória oposta à observada no Algarve e no Continente (a elevada quebra registada para o sexo masculino, não foi compensada pela evolução positiva dos valores de dias processados, contabilizados nas mulheres). Em termos de valores processados, regista-se uma redução superior a 112 mil euros, entre 2012 e 2014 (-15,7%).

Em 2014, no concelho de Lagoa, contabilizaram-se 645 beneficiários do rendimento social de inserção. Comparativamente ao ano de 2012, regista-se uma redução superior a 26%, como resultado das alterações legislativas e de um maior cuidado na atribuição e cumprimento dos critérios, num quadro de dificuldades orçamentais do Estado português. Uma proporção significativa de beneficiários possui menos de 25 anos (42%, em 2014). Neste grupo etário, juntamente com o grupo 25-39 anos, registaram-se as quebras mais acentuadas (em torno dos 35/37%), acompanhando a evolução relativa observada no Algarve e no Continente. Em Lagoa, apenas o grupo dos 55 e mais anos registou uma variação positiva no período (8,7%), indiciando as dificuldades de inserção no mercado de trabalho (ou de propensão para a emigração), dos estratos etários superiores da população em idade ativa.

POPULAÇÃO RESIDENTE NOS BAIRROS MUNICIPAIS – OCUPAÇÃO (2015)



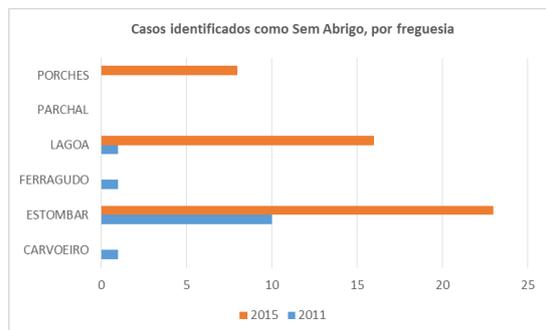
Fonte: CM Lagoa



Fonte: cm Lagoa

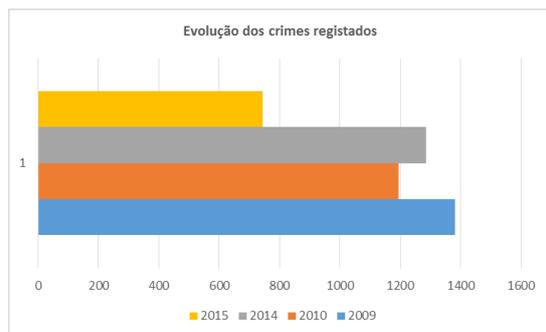
Entre 2009 e 2015, não se observaram alterações no número de fogos propriedade do Município (em regime de renda apoiada), mantendo-se o registo em 166 fogos. Contudo, registou-se uma redução importante no número de moradores (-10,4%). Em sentido inverso, embora mantendo valores muito baixos, contabiliza-se um incremento de 9,2%, na média dos rendimentos mensais per capita dos agregados familiares. Por outro lado, o número de desempregado praticamente duplicou no período 2009-2015 (rondando os 170, em 2015). Consequentemente, em sentido inverso, regista-se uma diminuição relevante no número de trabalhadores (independentes e, sobretudo, por conta de outrem).

Entre 2009 e 2015, nos Bairros Sociais, registam-se algumas alterações na composição da estrutura etária. Assim, observa-se um importante acréscimo da faixa dos 30-54 anos, enquanto as restantes faixas contabilizam perdas, mais ou menos significativas. A faixa dos 55 aos 59 anos, reduziu o número de efetivos em 81 moradores. Registe-se, igualmente, a diminuição da população com menos de 15 anos (menos 48 moradores), indiciando uma forte quebra nas taxas de fertilidade e natalidade nos Bairros e a redução da população em idade fértil.



Fonte: cm Lagoa

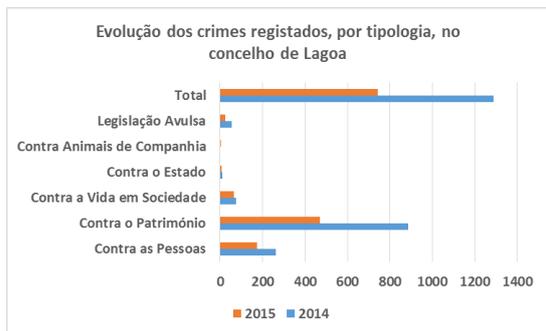
No período 2011-2015, no concelho de Lagoa, observa-se um acréscimo significativo de casos identificados como sem abrigo (261,5%). Em 2015, contabilizavam-se 47 no concelho, sobretudo concentrados nas freguesias de Estômbar (23) e na sede de concelho (16). O aumento destas situações, decorre, em parte, de problemas de desemprego, de marginalização e exclusão social, e progressiva desestruturação familiar, que tem marcado a sociedade local (acompanhando a realidade nacional), num contexto adverso de crise económica-financeira e de emergência de condições que concorrem para o recrudescimento de situações de pobreza.



Fonte: GNR - Destacamento Territorial de Silves

Entre 2009 e 2015, observa-se uma redução significativa do número de crimes registados no concelho (-46,1%). Em 2015, contabilizaram-se 744 ocorrências. Esta diminuição, foi sobretudo marcante no posto da GNR do Carvoeiro (-59,1%; 211 crimes registados, em 2015), sendo que no posto de Lagoa esse decréscimo rondou os 38% (533 crimes registados, em 2015).

No período 2014-2015, registou-se uma redução importante no número de crimes registados (4%; 543 crimes). Essa redução, em termos absolutos, teve maior expressão nos crimes contra o património (menos 416 crimes registados). Em termos relativos, o maior decréscimo observou-se na tipologia "legislação avulsa" (54,6%). Os crimes contra as pessoas, continuando a

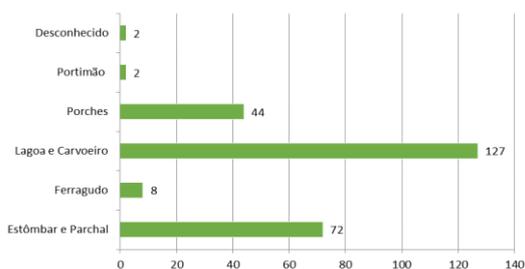


Fonte: GNR - Destacamento Territorial de Silves

apresentar valores relevantes (174 crimes, em 2015), têm vindo paulatinamente a reduzir-se (-33,6%, entre 2014 e 2015).

Entre 2014 e 2015, registou-se uma redução bastante significativa no número de crimes registados no posto da GNR de Lagoa (46,2%; menos 457 crimes). Essa diminuição foi sobretudo visível no que respeita aos crimes contra o património (menos 339 crimes) e nos crimes contra as pessoas (-80 crimes). No caso do posto da GNR do Carvoeiro, onde o número de registos é, comparativamente, reduzido (211 crimes, em 2015), também se observa um decréscimo acentuado no número de crimes contra o património (-77 crimes).

Distribuição de Processos por Freguesia – 2015



Fonte CPCJ

Em 2015, existiam 97 processos ativos no CPCJ de Lagoa. Mais de uma centena de processos tinham transitado de anos anteriores (107) e 51 tinham sido reabertos. Os processos arquivados atingiram, em 2015, os 158 processos. A distribuição intraconcelhia dos processos é bastante assimétrica e diferenciada, com uma forte concentração na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (127), secundada, com valores muito inferiores, pela União de Freguesias de Estômbar e Parchal (72) e Porches (44).

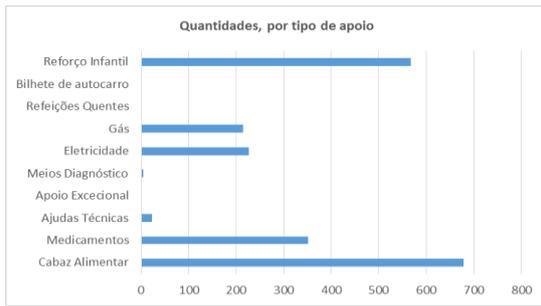
Em 2015, a distribuição dos 255 processos registados, centrava-se sobretudo no género masculino (57%). Por faixa etária, releva a importância das crianças entre 13 e 15 anos, com quase 1/3 dos processos (77). Regista-se com preocupação o número de processos nos primeiros anos de vida (34, entre os 0 e os 5 anos).

As principais problemáticas sinalizadas dizem respeito à tipologia “Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente o seu desenvolvimento integral” (40,8%). Com valor inferior, merece ainda relevo a temática “Está sujeita, direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional”.



Em 2015, atingiu-se o valor mais elevado de apoios sociais no âmbito do Fundo de Emergência Municipal (2.068). Em 2011, apenas 158 apoios tinham sido prestados. Estes valores concorrem para uma evolução superior a 1200%, no período 2011-2015. O maior aumento, absoluto, ocorreu entre 2013 e 2014 (870 novos apoios).

Em 2015, os 2068 apoios concedidos, representaram um custo de 68,7 mil euros. Este apoio, esteve maioritariamente concentrado, em termos de quantidade, na tipologia “cabaz alimentar” (678) e “reforço infantil” (568). Em termos de custos, merece destaque o “cabaz alimentar” (23 mil euros), os “medicamentos” (16 mil euros) e a “eletricidade” (14,5



Fonte: CM lagoa

mil euros).

Em 2015, os 2068 apoios concedidos, encontravam-se distribuídos por 9 entidades/instituições locais. Destaque para a CPL (502 apoios), para os Serviços Sociais (358) e para a SCME (340). A tipologia “cabaz alimentar” representa, maioritariamente, a tipologia de apoio dominante para a generalidade das entidades.

2.2. Do Diagnóstico Setorial: Caracterização da oferta (Rede Social)

2.2.1. Entidades inquiridas (Rede Social)

Nome da Entidade Inquirida	Âmbito geográfico	Tipologia de Entidade
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Concelhio (e concelhos limítrofes)	Associação
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Concelhio	Associação
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	Regional	Instituto Publico
Amigos dos Pequenininos	Concelhio (Silves) e Lagoa	IPSS
ASMAL - ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve	Regional	IPSS
Associação Cultural e Desportiva Che Lagoense	Freguesia	IPSS
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Regional	Associação
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Regional	IPSS
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Regional/Nacional	IPSS
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Regional (de Albufeira a Aljezur)	Associação
Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	Concelhio e Portimão	IPSS
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Concelhio	IPSS
Centro de Apoio Social de Porches	Concelhio	IPSS
Centro Paroquial de Estômbar	Freguesia/Nacional (?)	IPSS - entidade canónica
Centro Popular de Lagoa	Concelhio	IPSS
Conferência S. Vicente de Paulo – Ferragudo	Freguesia	Associação
Conferência S. Vicente de Paulo – Lagoa e Carvoeiro	Freguesia	Associação
CPCJ de Lagoa	Concelhio	Entidade não judiciária
Junta de Freguesia de Ferragudo	Freguesia	Junta de Freguesia
Junta de Freguesia de Porches	Freguesia	Junta de Freguesia
Lions Clube de Lagoa	Concelhio	Associação (integrada numa estrutura internacional)
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	Regional	Associação
Paróquia de Estômbar	Freguesia	Paróquia
Rotary club Porches Internacional	Internacional com sede local	Associação
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Freguesia	IPSS
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Concelhio	Associação
SOS Oncológico	Regional	Associação
União de Freguesias de Estômbar e Parchal	Freguesia	Junta de Freguesia
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Freguesia	Junta de Freguesia

O processo de inquirição desenvolveu-se entre 1 de maio e 1 de outubro de 2016 durante o qual foram inquiridas 29 entidades, na sua grande maioria de forma presencial. A generalidade das entidades integram a Rede Social do Município de Lagoa e disponibilizam respostas sociais de âmbito de atuação local (concelhio ou freguesia). Predominam as IPSS e Associações.

2.2.2 Caracterização das Entidades

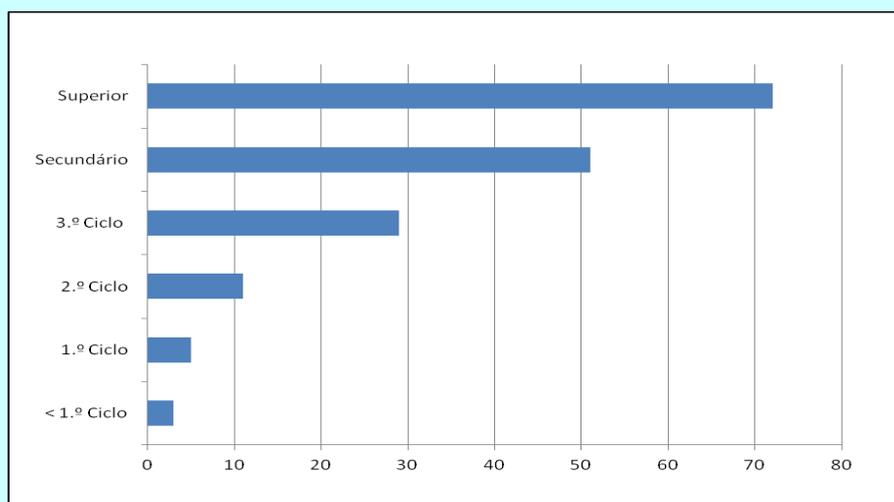
2.2.2.1. Elementos e escolaridade dos corpos sociais

Entidade	Elementos Constitutivos	Distribuição, segundo a escolaridade					
		< 1.º ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Superior
Academia Cultural Sénior de Lagoa	11			1		2	8
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	3					3	
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	7					3	4
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	13			1	4	3	5
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	19					10	9
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	11	1			3		7
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	15		1		6	4	4
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	7				1	3	3
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	5		2		2		1
Centro de Apoio a idosos de Ferragudo	11	1			3		7
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	15						
Centro de Apoio Social de Porches	5			3	1		1
Centro Paroquial de Estômbar	1 Presidente + associados						1
Centro Popular de Lagoa	11						
Conferência S. Vicente de Paulo – Ferragudo	Em reestruturação						
Conferência S. Vicente de Paulo – Lagoa	5		1		1	2	1
CPCI de Lagoa	16 Presidente, Secretário e 14 representantes de várias entidades						
Junta de Freguesia de Ferragudo	3					1	2
Junta de Freguesia de Porches	3					3	
Lions Clube de Lagoa	5					1	4
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	13					6	7
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	11			5	5		1
SOS Oncológico	13					7	6
União de Freguesia de Estômbar e Parchal	5	1		2			2

Entidade	Elementos Constitutivos	Distribuição, segundo a escolaridade					
		< 1.º ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Superior
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	5					2	3
Total	213	3	5	11	29	51	72

As entidades inquiridas integram 213 elementos nos corpos sociais, com uma proporção significativa de pessoas com elevados níveis de habilitação e formação escolar (curso superior). Esta qualificação dos elementos é fundamental para garantir uma resposta adequada, de qualidade e profissional aos complexos e problemáticos fenómenos sociais existentes ou emergentes no concelho.

Nível de Escolaridade dos Corpos Sociais



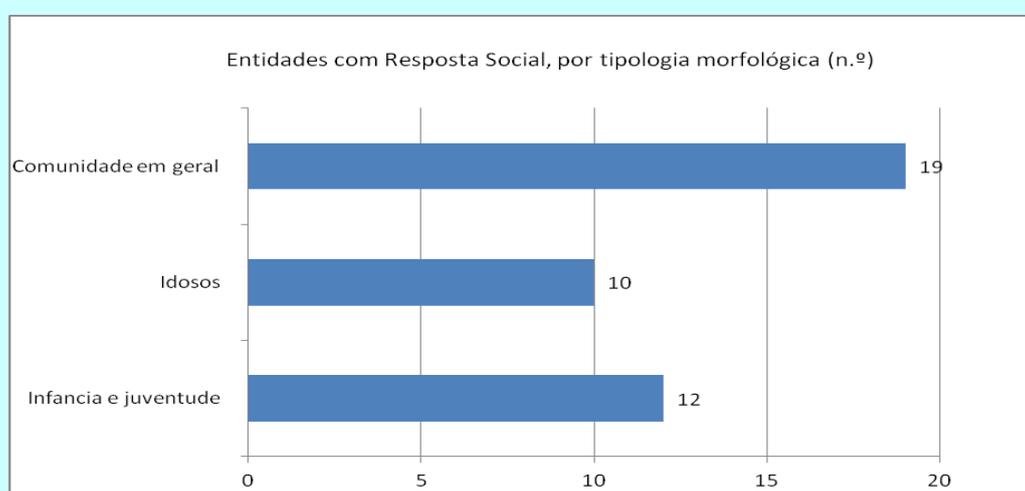
2.2.3. Respostas disponibilizadas: tipologias morfológicas “Infância e Juventude”, “Idosos” e “Comunidade em geral”

Entidade	Resposta Social /Tipologia morfológica		
	Infância e Juventude	Idosos	Comunidade em Geral
Academia Cultural Sénior de Lagoa		Universidade Sénior	
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência			Ajuda alimentar: Banco Alimentar / CML /Recolha própria (uma vez por ano) /Ajuda no pagamento de medicação –(muito pontualmente)
Amigos dos Pequenos	Intervenção Precoce na Infância Creche e Pré Escolar		
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Atividades de Animação e Apoio à Família (rede pública a partir das 15h30m) CATL Creche Centro de estudos Pré – Escolar	Centro de convívio	FES - CM de Lagoa GASP - protocolo com a CM de Lagoa
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Campos de Férias / Atividades de Animação e Apoio à Família / Desporto Federado, (equipas de basquetebol e judo)		
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Creche Atividades de Animação e Apoio à Família (rede pública a partir das 15h30m) / Campos de Férias		FES - (Protocolo com CM de Lagoa) FEAC – SS / GASP – (Protocolo com a CM de Lagoa)
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Formação Desportiva/ Desporto Federado	Ateliers seniores / Centro Sénior	
Centro de Apoio a Idosos de Ferragudo	Creche	Centro de dia /ERPI(Lar), SAD)	Resposta social - Atendimento e acompanhamento social FES - (Protocolo com CM de Lagoa) GASP - (Protocolo com a CM de Lagoa) RSI- (Protocolo com ISS, IP)
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Creche / Pré- escolar Atividades de Animação e Apoio à Família (rede pública a partir das 15h30m)		FES - (Protocolo com CM de Lagoa) Atendimento e acompanhamento social GASP – (Protocolo com a CM de Lagoa)
Centro de Apoio Social de Porches	Creche /Pré – Escolar /Atividades de Animação e Apoio à Família (rede pública a partir das 15h30m)	ERPI - Lar	FES - (Protocolo com CM de Lagoa)
Centro Paroquial de Estômbar	Creche / Pré - escolar		Apoio Alimentar: FES - (Protocolo com CM de Lagoa) Banco Alimentar Acompanhamento e acompanhamento Social a famílias carenciadas (alimentos, roupa, brinquedos)
Centro Popular de Lagoa	Creche / Pré - escolar / CATL/ AAAF (Até 2016)	ERPI (Lar Sta Isabel / Lar o Nosso Ninho) / Centro de dia, SAD	FES - (Protocolo com CM de Lagoa) Cantina Social (Protocolo com a ISS,IP)
Conferência S. Vicente de Paulo Ferragudo			Apoio alimentar mensal/ Roupa/ Pagamento pontual de algumas Faturas Visitas domiciliárias

Entidade	Resposta Social /Tipologia morfológica		
	Infância e Juventude	Idosos	Comunidade em Geral
Conferência S. Vicente de Paulo – Lagoa e Carvoeiro			Apoio Alimentar através de cabaz mensal (2 vezes por mês), roupa Ajuda pontual para pagamentos de contas de água e luz
CPCJ de Lagoa	A CPCJ como entidade de 2.ª linha aplica as medidas de promoção e proteção e encaminhamento das crianças e jovens em perigo para outras respostas.		
Junta de Freguesia de Ferragudo			Hortas Urbanas, sociais e comunitárias / Encaminhamento de casos sociais, apoio logístico / Apoios pontuais dado que não têm regulamento: Pagamento pontual de despesas de farmácia, Apoio logístico (limpezas de habitações) e apoio alimentar, banhos quentes nos balneários
Junta de Freguesia de Porches		Centro sénior	Loja Comunitária / Hortas Urbanas / Encaminhamento Social / Carrinha de transporte para idosos /Distribuição de Cabaz de Natal
Lions Clube de Lagoa			Atendimento e Acompanhamento social (ajudas pontuais a outras entidades do concelho como doação de equipamentos) / Ajuda alimentar - (cabazes de Natal) /Atribuição de 1 bolsa de estudo
Paróquia de Estômbar			Apoio alimentar mensal Roupa e o pagamento de algumas Faturas
Rotary Club Porches Internacional			Feira de Natal do Rotary - Ferragudo com pequenos stands / Ajudam pontualmente outras entidades recentemente: Banco Alimentar e Associação raríssimo de Tavira
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar		Centro de dia, SAD	Banco Alimentar /FES (Protocolo com CML) / FEAC – ISS, IP / Apoio de Ajudas técnicas / GASP (Protocolo com CML) / Cantina Social (Protocolo com a ISS,IP)
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Espaço Lúdico Academia de Férias	Projeto Bisa e companhia – Projeto intergeracional	FES -(Protocolo com CM de Lagoa) Cabazes Almoços para férias desportivas
SOS Oncológico			Atendimento e Acompanhamento social - encaminhamento e acompanhamento de doentes oncológicos nos serviços médicos. E pagamento de medicação mediante avaliação assim como apoio alimentar.

Entidade	Resposta Social /Tipologia morfológica		
	Infância e Juventude	Idosos	Comunidade em Geral
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro		2 centros sénior: - Lagoa - Carvoeiro	Espaço DER – Dar e Receber Ajuda Alimentar: FEAC- ISS, IP , recolha anual da instituição / Protocolo com Projeto Zé desperdício / Ajuda com o pagamento de água, luz, gás e medicação

A maioria inquiridas no quadro dos seus estatutos, responsabilidades, atribuições e competências, possui respostas no âmbito das tipologias morfológicas “infância e juventude”, “idosos” e “comunidade em geral”, onde a procura é superior e onde o Estado apresenta maiores dificuldades de cobertura. Algumas entidades apresentam respostas para as 3 tipologias, demonstrando uma elevada capacidade de diversificação de atividades e adequação às problemáticas existentes e emergentes no concelho.



2.2.4. Respostas sociais disponibilizadas: tipologias morfológicas “Dependências”, “Doentes do foro mental psiquiátrico”, “HIV/SIDA”, “Imigrantes”, “Sem Abrigo” e Outras

Nome da Entidade	Tipologias Morfológicas			
	Doentes do foro mental psiquiátrico	Pessoas com Comportamentos aditivos /VIH e suas e famílias	Imigrantes	Outras
Alto Comissariado para as Migrações I.P. - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve			Atendimento e Acompanhamento social /Gabinete de Apoio ao Emprego / Gabinete de Apoio ao Endividamento / Grupo de Autoajuda/ Retorno voluntário ao país de origem	
ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve	Centro de reabilitação Profissional / Fóruns Sociocupacionais / Fórum Socioprofissional Al Mancil - Unidade de Vida Apoiada /			
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento				Doentes com Parkinson e suas famílias / Encaminhamento e acompanhamento ao hospital/médico. Fisioterapia / Terapia da fala / Apoio psicológico /Reflexologia Podal / Aulas de Informática
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida		Centro de Atendimento e acompanhamento psicossocial/ Equipa de intervenção direta/ residência para pessoas com VIH/SIDA		
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	UCC de longa duração (Protocolo com ARS)			

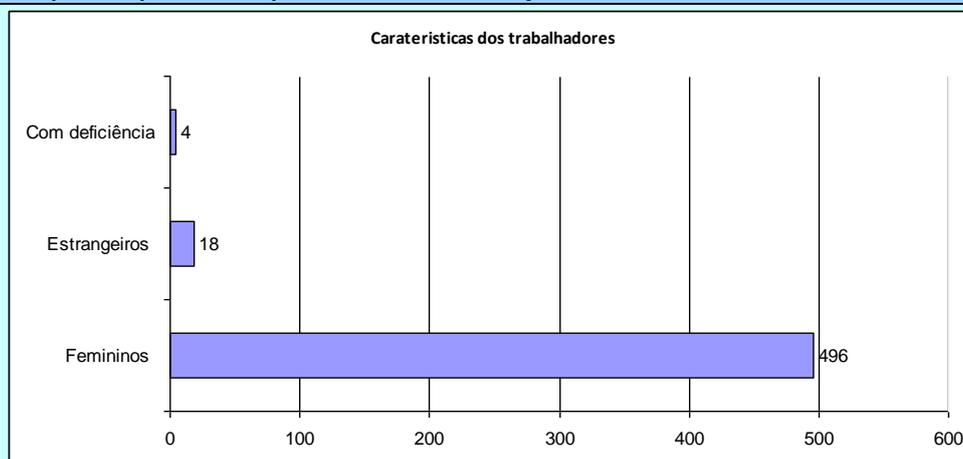
São poucas as entidades que possuem respostas sociais específicas no âmbito das tipologias morfológicas “Doentes do foro mental psiquiátrico”, “HIV/SIDA” e “Imigrantes, sendo que só recentemente, setembro 2016, é que existe o CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, funciona no concelho com atendimento por marcação e a ASMAL faz atendimento mensal nas Instalações da CML, as restantes instituições não têm sede no concelho ainda que assegurem respostas sociais aos residentes.



2.2.5. Trabalhadores e Formação Profissional

31 Entidades	Trabalhadores				Formação Profissional			
	Total	Femininos	Estrangeiros	Com deficiência	Apoia a formação	Dada pela entidade	Financiada pela entidade	Gratuitas por outras entidades
Lagoa	608	496	18	4	18 entidades	258	18	80

As entidades inquiridas possuíam 608 trabalhadores no ativo. Destes, cerca de 82% eram do sexo feminino, indiciando a importância do género nas atividades sociais desenvolvidas. Registe-se a presença de 18 estrangeiros e 4 indivíduos com deficiência, no quadro de pessoal das entidades. No que respeita à formação profissional, cerca de 62% das entidades presta apoio à formação, maioritariamente prestada pelas entidades (258 indivíduos, ou seja mais de 1/3 dos recursos são mobilizados). Constata-se que 80 trabalhadores frequentaram formações gratuitas prestadas noutras entidades e 18 trabalhadores participaram em ações financiadas pela própria entidade, indiciando uma preocupação dos corpos sociais na permanente qualificação, formação e capacitação dos seus trabalhadores, de modo a garantir uma melhor e mais adequada respostas aos complexos e frequentes problemas quotidianos nas instituições e nos utentes.

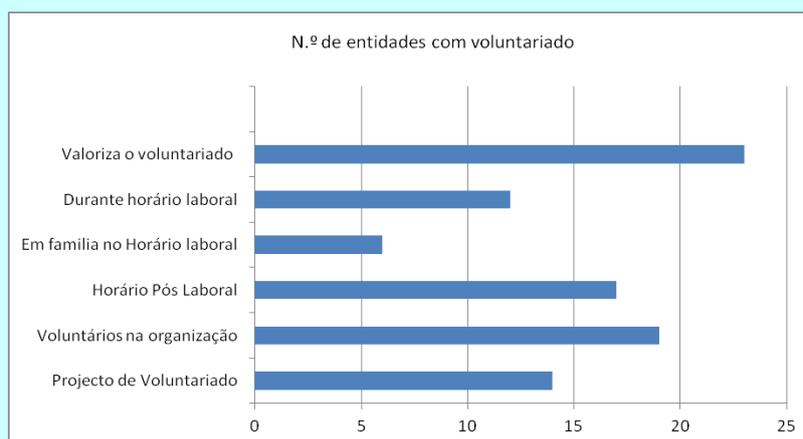


2.2.6 Voluntariado

Entidade	Voluntariado					
	Valoriza o voluntariado	Durante o horário de trabalho	Em família no horário de trabalho	Horário Pós laboral	Voluntários na organização	Projeto de voluntariado
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Sim				Sim	
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sim	Sim - nas atividades da instituição	Não	Não	Sim, através de um projeto com jovens (12-16 anos)	Sim
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Centro de Apoio a idosos de Ferragudo	Sim	Sim - na instituição	Não	Sim, atividades da instituição	Sim	Não
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Sim	Sim				
Centro de Apoio Social de Porches	Não	Não				
Centro Paroquial de Estômbar	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Centro Popular de Lagoa	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Conferência S. Vicente de Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Conferência S. Vicente de Paulo – Ferragudo	Sim			Sim	Sim	Sim
Junta de Freguesia de Ferragudo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Junta de Freguesia de Porches	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Lions Clube de Lagoa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	Sim				Sim	Sim
Paroquia de Estômbar	Sim			Sim	Sim	Sim

Entidade	Voluntariado					
	Valoriza o voluntariado	Durante o horário de trabalho	Em família no horário de trabalho	Horário Pós laboral	Voluntários na organização	Projeto de voluntariado
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Sim				Sim	
SOS Oncológico	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
União de Freguesias de Estômbar e Parchal	Sim					
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Total (sim)	23	12	6	17	19	14

Das 29 entidades inquiridas, 79% valoriza o voluntariado, considerando uma dimensão-chave para o trabalho/atividades realizadas. Contudo, apenas 48% possui um Projeto de Voluntariado ativo na entidade. A importância que representa o trabalho de voluntariado é bem patente pelo número de entidades que apontam a sua realização durante o período laboral, indiciando uma boa prática de mobilização de recursos para atividades importantes, de apoio não remunerado. Vinte entidades afirmam possuir voluntários na organização.

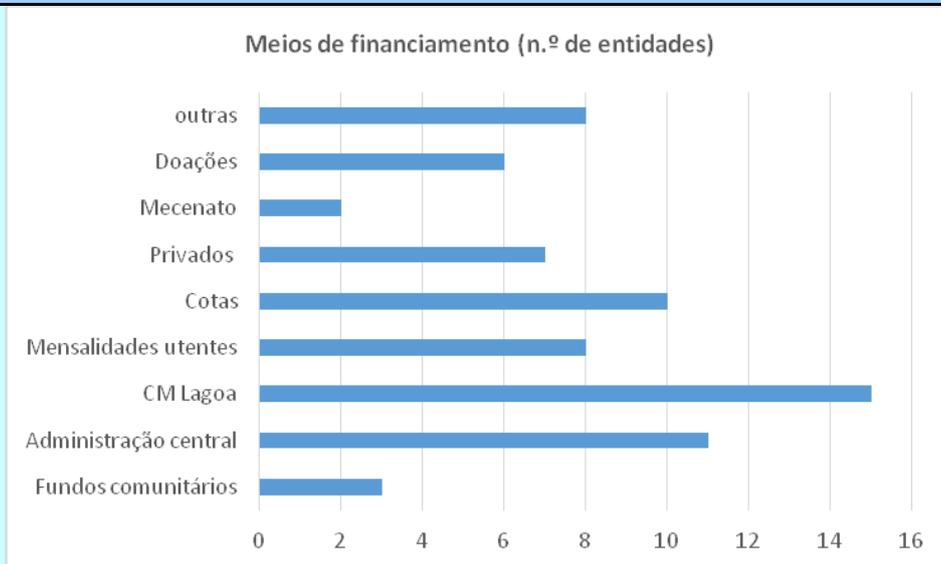


2.2.7 Proporção de financiamento para funcionamento e manutenção da organização

Entidade	Proporção de financiamento para funcionamento e manutenção da organização								
	Fundos comunitários	Administração central	CM Lagoa	Mensalidades utentes	Cotas	Privados	Mecenato	Doações	outras
Academia Cultural Sénior de Lagoa			<25%		25% a 75%				
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência			<75%					<25%	
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	25% a 75%	25% a 75%							
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense		<25%	25% a 75%	25% a 75%	<25%				
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo		25% a 75%	25% a 75%	<25%		<25%			
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	<25%	25% a 75%	25% a 75%	25% a 75%	<25%	<25%	<25%	<25%	
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação			>75%		<25%	<25%			Junta da freguesia de Estômbar e Parchal
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento					<25%	25% a 75%			25% a 75%
Centro de Apoio Social de Carvoeiro		50%	<25%	<25%	<25%				
Centro de Apoio Social de Porches		Segurança social > 75%	<25%	25% a 75%	<25%				
Centro Paroquial de Estômbar			<25%	25% a 75%					
Conferência S. Vicente de Paulo								100% - recolha à porta da igreja	
Conferência S. Vicente de Paulo - Ferragudo								Peditórios da Missa Donativos	
CPCJ de Lagoa		25% a 75%	25% a 75%						
Junta de Freguesia de Ferragudo		<25%	25% a 75%						Fundos Próprios
Junta de Freguesia de Porches			<25%	25% a 75%					
Lions Clube de Lagoa					<25%	>75%		<25%	Organização de atividades solidárias principalmente o torneio de golf
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida		>75%		<25%	<25%		<25%		Parcerias
Paróquia de Estômbar – Serviço sociocaritativo								Campanhas de peditórios na missa e na catequese	
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar		25% a 75%	<25%	25% a 75%	< 25%	< 25%			
SOS Oncológico					<25%			25% a 75%	Aguarda protocolo com a CML
União de Freguesias de Estômbar e Parchal		25%	65%						10% receita própria - tabela de taxas e licenças da Junta
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	>25%	25% a 75%	25% a 75%			<25%		<25%	

Entidade	Proporção de financiamento para funcionamento e manutenção da organização								
	Fundos comunitários	Administração central	CM Lagoa	Mensalidades utentes	Cotas	Privados	Mecenato	Doações	outras

A análise à proporção de financiamento para funcionamento e manutenção da organização, releva a importância da Segurança Social e da Câmara Municipal de Lagoa. As mensalidades dos utentes e o sistema de cotas possuem, igualmente, uma importância significativa. Merecem ainda destaque as doações e os privados, indiciando uma preocupação da sociedade em geral para as problemáticas sociais e em garantir uma resposta adequada e eficaz à emergência de novos e mais complexos constrangimentos no município.



2.3. Do Diagnóstico Setorial: Caracterização da oferta (equipamentos existentes)

2.3.1. Principais características dos equipamentos: tipo de instalações e construção

Entidade	Equipamento	Ano de construção	Ano de Entrada em funcionamento	Tipo de instalações	Tipo de construção
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Academia Cultural Sénior de Lagoa - Sede e salas de aula - CEFLA	1975/76	2010	Salas	Raiz
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Igreja Adventista e sede da Associação	2001	2001	Edifício	Raiz
Amigos dos pequeninos	Sede e instalações Silves			Edifício	Raiz
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	Sala em edifício municipal		A resposta em Lagoa Setembro de 2016	Edifício	
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Sede, prolongamento, ATL	2001	2012	Edifício	Adaptada
	Che Bebê – Creche e Pré Escolar	2006	2006	Edifício	Raiz
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Sede e instalações	1990	2002	Edifício	Raiz
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sede e instalações	Construção - 1998 Ampliação - 2007	1989	Edifício	Raiz e adaptada posteriormente
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sede e centro de idosos	Centenário	1984	Edifício	Adaptado
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sede e gabinetes (Em Portimão)	2011	Andar	raiz	
Centro de Apoio a idosos de Ferragudo	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar)	2014	2015	Edifício	Raiz
	Creche "o Moinho"	2008	2008	Edifício	Raiz
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Creche "A Escolinha"	2007	2009	Edifício	Raiz
Centro de Apoio Social de Porches	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar) "A casa dos Avós"	2007	2009	Edifício	Raiz
Centro Paroquial de Estômbar	Centro Paroquial de Estômbar	2006	2007	Edifício	Raiz
Centro Popular de Lagoa	Nosso Ninho	2000	2000 Nota: A valência existe desde 1984 noutra Edifício	Edifício	Raiz
	Infantário " A colmeia"	1991	1978	Edifício	Raiz
	Lar Santa Isabel		2004	Edifício	Adaptada - foram feitas obras de adaptação em 2003
Conferência S. Vicente de Paulo – Ferragudo	Instalações da Igreja de Ferragudo		1931	Sala	Raiz
Conferência S. Vicente de Paulo – Lagoa	Conferência S. Vicente de Paulo		2012	Sala	Raiz
CPCJ de Lagoa	CPCJ de Lagoa – Salas do CEFLA	1975/76		3 salas	Raiz
Junta de Freguesia de Ferragudo	Sede de Freguesia de Ferragudo			Edifício	Adaptada

Entidade	Equipamento	Ano de construção	Ano de Entrada em funcionamento	Tipo de instalações	Tipo de construção
Junta de Freguesia de Porches	Sede	1980	2015	Edifício	Adaptado
	Loja Comunitária	1987	2016	Edifício	Adaptado
Lions Clube de Lagoa	Lions Clube de Lagoa		2008	1 sala num Edifício	Raiz
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida – em Portimão		1999	lote habitacional	Adaptada
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	SCM de Estômbar	2004	2004	Edifício	Raiz
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Sede e Espaço lúdico	1975/76	2009	salas num Edifício	Raiz
Serviço Socio- Caritativo da Paróquia de Estômbar	Sala da Casa paroquial		1996	Sala	Raiz
SOS Oncológico	SOS Oncológico			Sala	Raiz
União de Freguesia de Estômbar e Parchal	Sede Estômbar				
	Sede Parchal				
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - Sede	2010	2010	Edifício	Raiz
	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - delegação Carvoeiro			Edifício	Raiz
	Espaço DER - "Dar e Receber"		2015	Moradia - Loja RC	Raiz
	Centro Sénior de Lagoa		2010	Loja	Raiz
	Centro Sénior de Carvoeiro		2015	Andar - loja RC	Raiz

Das entidades inquiridas, foram identificados 36 equipamentos, ainda que dois deles não estejam localizados no concelho. A maioria entrou em funcionamento na primeira década do segundo milénio (42%). 5 dos equipamentos entraram em funcionamento nos anos de 2015/2016, resultado da aposta atual das entidades em diversificar e expandir as suas atividades e respostas sociais. A maioria dos equipamentos corresponde a um edifício autónomo, existindo alguns casos de funcionamento em andares ou salas específicas. A construção é maioritariamente de raiz (66%), correspondendo os restantes a adaptações de edifícios/espços existentes

Tipo de instalações


■ Edifício ■ Sala/loja ■ Andar/moradia

2.3.2. Principais características dos equipamentos: tipo de instalações, ocupação e funcionamento

Entidade	Equipamento	Regime de ocupação	Período de funcionamento	Instalações temporárias	Espaços utilizados por outras atividades/fins
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Academia Cultural Sénior de Lagoa - Sede e salas de aula - CEFLA	Cedência pela CML	Permanente - exceto período de férias	Sim	Não
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Igreja Adventista e sede da Associação	Direito de superfície - CML	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, salas multiusos e salas de apoio
Amigos dos Pequenininos	Sede e instalações	Propriedade	Permanente exceto Períodos de férias	Não	Sim
Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve	Sala	Cedência pela CML			
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Sede, prolongamento, ATL	Cedência	Aberto Todo o ano	Não	Não
	Che Bebê – Creche e Pré Escolar	Propriedade	Aberto todo o ano	Não	Não
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Propriedade	Permanente	Não	Sim, salas multiusos
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sede e instalações	Propriedade	Permanente exceto 1 semana no final do ano	Não	Sim, salas de formação polivalentes e um mini ginásio
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sede e centro de idosos	Propriedade	Permanente - aberto todo o ano	Não	Sim, Sala Polivalente
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sede e gabinetes - Em Portimão	Cedência pela CM Portimão	Permanente	Não	Não
Centro de Apoio a idosos de Ferragudo	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar)	Cedência - direito de superfície	Permanente- durante todo o ano	Não	Não
	Creche "o Moinho"	Cedência - direito de superfície	Permanente - exceto fins de semana e período de férias	Não	Sim, espaço polivalente
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Creche "A Escolinha"	Direito de superfície - CML	Permanente - exceto 2 ultimas semanas de Dezembro	Não	Não
Centro de Apoio Social de Porches	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar) "A casa dos Avós"	Cedência pela CML	Permanente - aberto todo o ano	Não	Sim, Sala de atividades
	Creche e Jardim de Infância "O cubo Mágico"	Cedência pela CML	Permanente exceto períodos de férias	Não	Não
Centro Paroquial de Estômbar	Centro Paroquial de Estômbar	Cedência da fabrica da Igreja	Permanente exceto períodos de férias	Não	Sim, sala polivalente - multiusos
Centro Popular de Lagoa	Nosso Ninho	Propriedade	Permanente - 24h	Não	Não
	Infantário " A colmeia"	Propriedade	Aberto todo o ano	Não	Sim
	Lar Santa Isabel	Arrendamento	Permanente - 24h	Não	Não

Entidade	Equipamento	Regime de ocupação	Período de funcionamento	Instalações temporárias	Espaços utilizados por outras atividades/fins
Conferência S. Vicente de Paulo – Ferragudo	Instalações da Igreja de Ferragudo	Propriedade da Igreja	Pontual aquando da entrega dos alimentos	Não	Não
Conferência S. Vicente de Paulo – Lagoa	Conferência S. Vicente de Paulo	Cedência pela CML	Pontual aquando da entrega dos alimentos	Não	Não
CPCJ de Lagoa	CPCJ – Saças do CEFLAE	Cedência pela CML	Permanente	Não	Não
Junta de Freguesia de Ferragudo	Sede de Freguesia de Ferragudo	Propriedade	Permanente	Não	Não
Junta de Freguesia de Porches	Sede	Cedência pela CML	Permanente todo o ano	Não	Sim, já é utilizada uma sala multiusos no 1.º andar que tem atividades
	Loja comunitária	Propriedade	Pontual - 2.ª, 4ª e 6.ª das 14h às 17h	Não	sim
Lions Clube de Lagoa	Lions Clube de Lagoa	Cedência pela CML	Pontual	Não	Não
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida – Portimão	Contrato de comodato com a CM de Portimão	Permanente - todo o ano	Sim	
Santa Casa da Misericórdia de Estômbar	SCM de Estômbar	Propriedade	Permanente - 24h	Não	Não
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Sede e Espaço lúdico	Cedência pela CML	Permanente todo o ano	Não	Não
SOS Oncológico	SOS Oncológico	Cedência	Permanente aberto todo o ano	Sim	Não
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - Sede	Cedência	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, Sala
	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - delegação Carvoeiro	Propriedade	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, Sala
	Espaço DER - "Dar e Receber"	Arrendamento	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, sala de reuniões
	Centro Sénior de Lagoa	Arrendamento	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, sala multiusos
	Centro Sénior de Carvoeiro	Cedência	Permanente aberto todo o ano	Não	Sim, salas multiusos

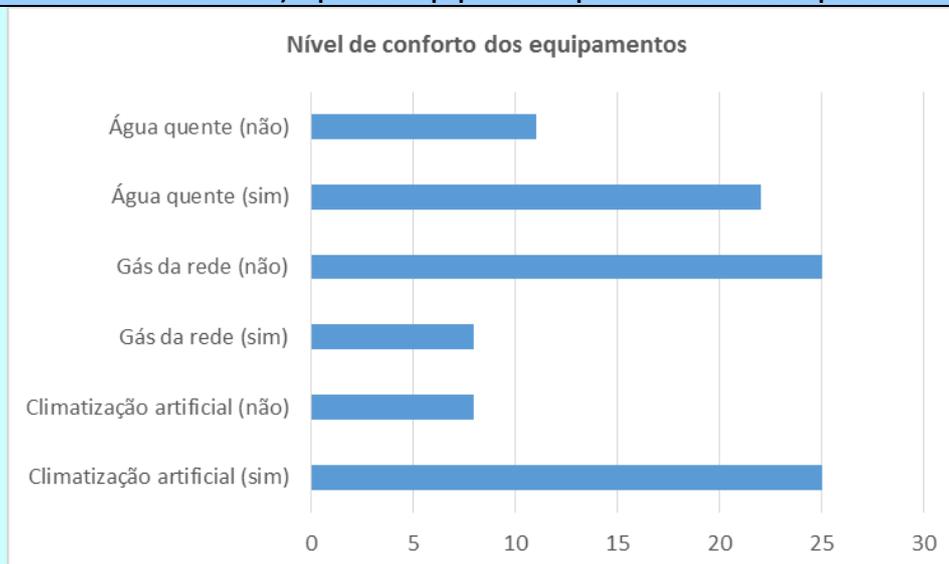
O regime de propriedade dos equipamentos é bastante diversificado, embora mereça destaque o regime de “Propriedade” e “Cedência”, neste último caso sobretudo pela Câmara Municipal de Lagoa, demonstrando o papel relevante na existência e manutenção de muitos equipamentos no concelho. A maioria dos equipamentos tem um período de funcionamento permanente (todo o ano). Apenas 2 equipamentos estão a funcionar em instalações temporárias. Um número significativo de equipamentos (16) permite/cede a utilização de espaços para outras atividades/fins.

2.3.3. Principais características dos equipamentos: Níveis de conforto, ambiente e autonomia

Entidade	Equipamento	Nível de conforto				Nível ambiental				Nível de autonomia	
		Climatização artificial	Gás de rede	Água quente	Internet	Esgotos de rede	Fossa	Separação resíduos sólidos	Painéis solares	Viaturas	Viaturas adaptadas
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Academia Cultural Sénior de Lagoa - Sede e salas de aula - CEFLA	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Igreja Adventista e sede da Associação	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Amigos dos Pequenininos	Amigos dos Pequenininos - Sede + Instalações	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim - 2	Sim - 1
Associação Cultural e Desportiva da Che Lagoense	Sede, prolongamento, ATL	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Che Bébé – Creche e Pré Escolar	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Sede e Instalações da Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim, 1	Não
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	3	Não
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sede e Centro de Idosos	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim, 2	Não
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sede e gabinetes (Portimão)	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim, 1	Não
Centro de Apoio de Idosos de Ferragudo	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar)	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim - 3	Não
	Creche "o Moinho"	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Creche "A Escolinha"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim-1	Não
Centro Social de Porches	Creche e Jardim de Infância cubo Mágico"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	sim	Não	Não
	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar) "A casa dos Avós"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim -1	Sim
Centro Paroquial de Estômbar	Creche e Jardim de Infância	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim - 2	Não
Lar "Nosso Ninho"	Centro Popular de Lagoa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim - 12	Sim - 1
Infantário " A colmeia"		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Lar Santa Isabel		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim - 2	Não
Conferência S. Vicente de Paulo	Conferência S. Vicente de Paulo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Instalações da CPCJ - CEFLA	CPCJ de Lagoa – Salas do CEFLA	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Sede - Junta de Freguesia de Ferragudo	Junta de Freguesia de Ferragudo	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim, 2	Não
Junta de Freguesia de Porches	Junta de Freguesia de Porches	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim - 4	Não
Loja Comunitária	Junta de Freguesia de Porches	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Entidade	Equipamento	Nível de conforto				Nível ambiental				Nível de autonomia	
		Climatização artificial	Gás de rede	Água quente	Internet	Esgotos de rede	Fossa	Separação resíduos sólidos	Painéis solares	Viaturas	Viaturas adaptadas
Lions Clube de Lagoa	Lions Clube de Lagoa	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Paróquia de Estômbar	Sala da casa paroquial										
SCM de Estômbar	SCM de Estômbar	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim-6	Sim - 1
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Sede e espaço lúdico	Sim	Não	Sim	sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim - 1	Não
SOS Oncológico	SOS Oncológico	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - Sede	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim- 1	Não
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - delegação Carvoeiro		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim - 2	Não
Espaço DER - "Dar e Receber"		Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Centro Sénior de Lagoa		Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Centro Sénior de Carvoeiro		Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não

Cerca de 76% dos equipamentos possui climatização artificial, mas apenas 25% tem gás da rede. Cerca de 2/3 tem água quente, mas 88% possui internet. Apenas 2 equipamentos não têm esgotos da rede. A separação de resíduos é efetuada em 64% dos equipamentos. Apenas 6 equipamentos possuem painéis solares. Cerca de 36% dos equipamentos não tem viatura própria (40 viaturas existentes nos restantes). Apenas 5 equipamentos possuem viaturas adaptadas.

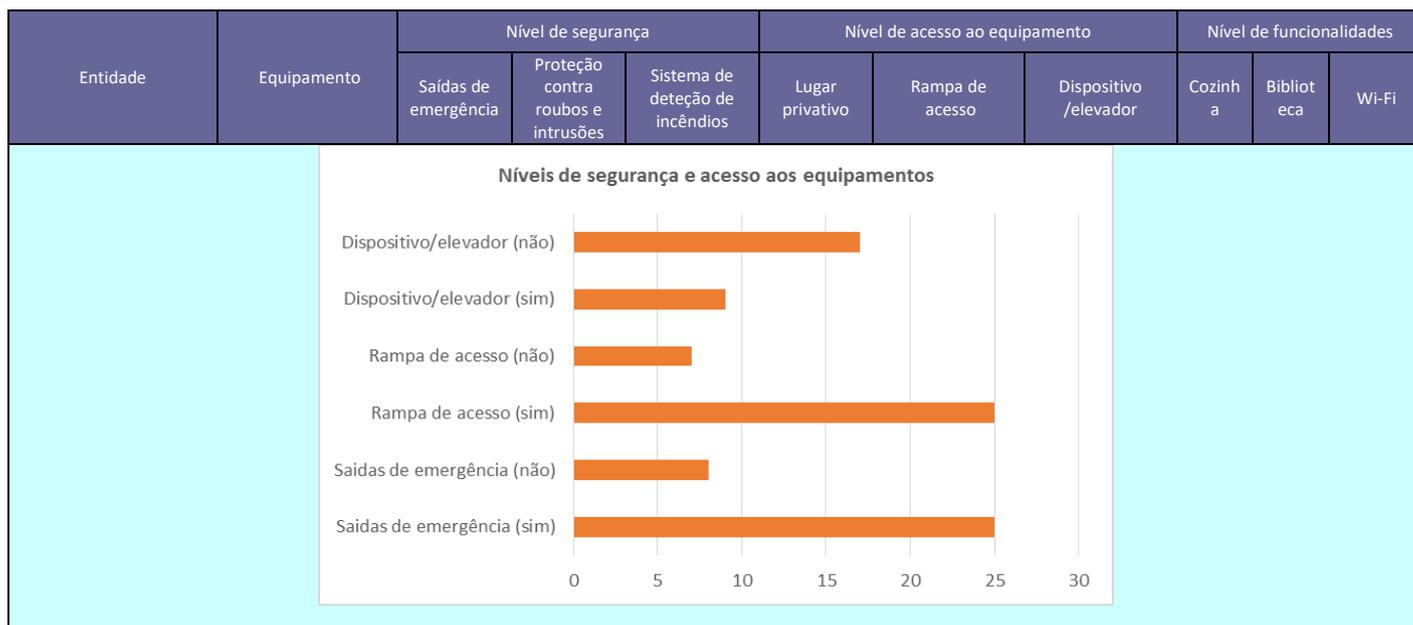


2.3.4. Principais características dos equipamentos: segurança, acessibilidades e funcionalidades

Entidade	Equipamento	Nível de segurança			Nível de acesso ao equipamento			Nível de funcionalidades		
		Saídas de emergência	Proteção contra roubos e intrusões	Sistema de deteção de incêndios	Lugar privativo	Rampa de acesso	Dispositivo /elevador	Cozinha	Biblioteca	Wi-Fi
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Academia Cultural Sénior de Lagoa Sede e salas de aula - CEFLA	Sim	Sim	Sim	Sim			Não	Não	Sim
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Igreja Adventista e sede da Associação	Não	Não	Não	Não	Tem acessibilidades	Sim	Sim	Não	
Amigos dos Pequenininos - Sede + Instalações	Amigos dos Pequenininos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
ACD Ché Lagoense	Sede, prolongamento, ATL	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	Che Bebê – Creche e Pré Escolar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
ACD de Ferragudo	Sede e Instalações	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sede e instalações	Sim	Sim	Sim	2	Sim	Sim	2	Sim	Sim
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sede e centro de idosos	Sim	Não	Sim	Não	Não - RC	Não	Não	Sim	Sim
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sede e gabinetes Portimão	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim-copa	Sim	Sim
Centro de Apoio de Idosos de Ferragudo	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar)	Sim	Sim	Sim	Não	Sim (2)	Sim, elevador	Sim	Sim	Sim
	Creche "o Moinho"	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim, elevador	Sim	Sim	Sim
Creche "A Escolinha"	Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Creche e Jardim de Infância "O cubo Mágico"	Centro Social de Porches	Sim	Sim	Sim	Sim	Tem acessibilidades	Elevador	Sim	Não	Sim
ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar) "A casa dos Avós"	Centro Social de Porches	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Elevador	Sim	Não	Sim
Creche e Jardim de Infância	Centro Paroquial de Estômbar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim, Elevador	Sim	Não	Sim

Entidade	Equipamento	Nível de segurança			Nível de acesso ao equipamento			Nível de funcionalidades		
		Saídas de emergência	Proteção contra roubos e intrusões	Sistema de deteção de incêndios	Lugar privativo	Rampa de acesso	Dispositivo /elevador	Cozinha	Biblioteca	Wi-Fi
Centro Popular de Lagoa	Nosso Ninho	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Elevador -2	Sim	Sim	Não
	Infantário "A colmeia"	sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim
	Lar Santa Isabel	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Conferência S. Vicente de Paulo	Conferência S. Vicente de Paulo	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
CPCJ	CPCJ de Lagoa – Salas do CEFLA	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Junta de Freguesia de Ferragudo	Sede da Junta de Freguesia de Ferragudo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Junta de Freguesia de Porches	Sede da Junta de Freguesia de Porches	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Loja Comunitária	Junta de Freguesia de Porches	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Lions Clube de Lagoa	Lions Clube de Lagoa	Não	Não	Não	Não	RC	Não	Não	Não	Não
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida – Portimão	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
SOS Oncológico	SOS Oncológico	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
SCM de Estômbar	SCM de Estômbar	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim, elevador	Sim	Sim	Sim
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara de Lagoa	Sede e espaço lúdico	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - Sede	União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Não	Sim	Sim	Sim	Tem acessibilidades	Sim	Não	Sim	
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro - delegação Carvoeiro		Sim	Sim	Sim	Sim	Tem acessibilidades	Não	Não	Não	
Espaço DER - "Dar e Receber"		Sim	Sim	Sim	Não	Tem acessibilidades	Sim	Não	Sim	
Centro Sénior de Lagoa		Sim	Sim	Sim	Sim	Tem acessibilidades	Sim	Sim	Sim	
Centro Sénior de Carvoeiro		Não	Sim	Sim	Sim	Tem acessibilidades	Sim	Sim	Sim	

Cerca de 75% dos equipamentos possui saídas de emergência e 70% tem proteção contra roubos e intrusões. 24% dos equipamentos não possui sistema de deteção de incêndios. Cerca de 39% não tem lugares privativos e 25% não possui rampa de acesso. Cerca de 2/3 não possui dispositivo/elevador para aceder ao equipamento. Cerca de 36% não tem cozinha e 58% dos equipamentos não tem biblioteca. Apenas 9 equipamentos (27%), não disponibilizam rede wi-fi.

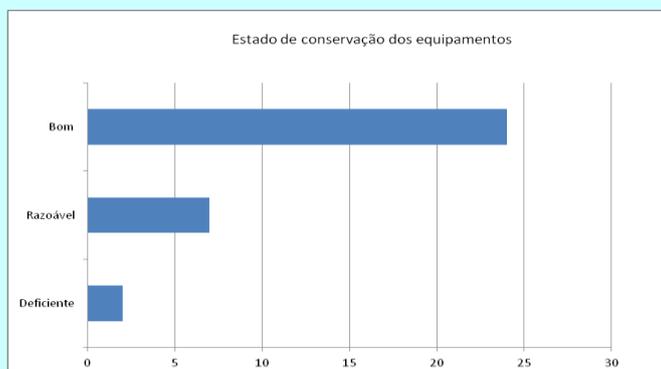


2.3.5. Principais características dos equipamentos: conservação, financiamento da construção e condições de financiamento

Entidade	Equipamento	Estado de conservação	Condições necessárias	Construção apoiada por fundos públicos	Importância dos fundos públicos
Academia Cultural Sénior de Lagoa	Sede e salas de aula - CEFLA	Bom	Sim	Não	
ADRA - Associação Adventista para o desenvolvimento, recursos e assistência	Igreja Adventista e sede da Associação	Bom	Sim	Sim, A CML contribuiu com a cedência do terreno e com materiais de construção	Parcial
Amigos dos Pequenininos - Sede + Instalações	Sede e instalações Silves	Razoável	Sim		
ACD Che Lagoense	Sede, prolongamento, ATL	Razoável	Sim	Não	
	Che Bebê – Creche e Pré Escolar	Bom	Sim	Não	
ACD de Ferragudo	Sede e Instalações	Bom	Sim	Sim	Parcial
Associação Desportiva e Recreativa, Centro Cultural e Social da Quinta de S. Pedro	Sede e instalações	Bom	Sim	Não	
Associação dos Amigos da Mexilhoeira da Carregação	Sede e centro de Idosos	Razoável	Sim	Sim	Parcial
Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Sede e gabinetes Portimão	Bom	Sim, o mínimo	Não	

Entidade	Equipamento	Estado de conservação	Condições necessárias	Construção apoiada por fundos	Importância dos fundos
Centro de Apoio de Idosos de Ferragudo	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar)	Bom	Sim	Sim (POPH, CML)	Maioritária (75%)
	Creche "o Moinho"	Bom	Sim	Sim (PIDDAC, POEFDS e CML)	Maioritária
Centro de Apoio Social de Carvoeiro	Creche "A Escolinha"	Bom	Sim	Sim (CML e POEFDS)	Total
Centro Social de Porches	Creche e Jardim de Infância cubo Mágico"	Bom	Sim	Sim (POEFDS)	Total - POEFDS
Centro Social de Porches	ERPI - Estrutura Residencial para pessoas Idosas (Lar) "A casa dos Avós"	Bom	Sim	Sim (POEFDS)	Total - POEFDS e CML
Centro Paroquial de Estômbar	Centro Paroquial de Estômbar	Bom	Sim	Sim	Parcial
Centro Popular de lagoa	Nosso Ninho	Bom	Sim	Sim (PIDDAC)	Parcial
	Infantário " A colmeia"	Razoável	Sim	Sim (PIDDAC)	Total
	Lar Santa Isabel	Bom	Sim	Sim	Parcial
Conferência S. Vicente de Paulo	Conferência S. Vicente de Paulo	Razoável	Não	Mais espaço, WCS e não tem nem canalizações, nem água.	
CPCJ	CPCJ de Lagoa – Sala do CEFLA	Bom	Sim		
Junta de Freguesia de Ferragudo	Sede	Bom	Não	Não	
Junta de Freguesia de Porches	Sede	Bom	Sim	Sim	Total
	Loja Comunitária	Bom	Sim	Sim	Parcial
Lions Clube de Lagoa	Lions Clube de Lagoa	Bom	Sim	Não	
MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida	Razoável	Sim	Sim	Total
SCM de Estômbar	SCM de Estômbar	Bom	Sim	Sim (PIDDAC)	Parcial
Serviços sociais culturais e desportivos trabalhadores da câmara de Lagoa	Sede e espaço lúdico	Deficiente	Não		
SOS Oncológico	SOS Oncológico	Deficiente	Não	Não sabe	
União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro	Sede	Bom	Sim	Sim, CML	Total
	Delegação Carvoeiro	Bom	Sim	Não	
	Espaço DER - "Dar e Receber"	Razoável	Sim	Não	
	Centro Sénior de Lagoa	Bom	Sim	Não	
	Centro Sénior de Carvoeiro	Bom	Sim	Sim, CML	Total

Entidade	Equipamento	Estado de conservação	Condições necessárias	Construção apoiada por fundos	Importância dos fundos
<p>A maioria dos equipamentos possui um bom estado de conservação (79%). Apenas um equipamento considera o seu estado “deficiente” (SOS Oncológico). Contudo, 4 dos equipamentos considera não ter as condições necessárias para o funcionamento. Cerca de 30% das construções não foram apoiadas por fundos públicos. Dos apoiados, releva a importância da Câmara Municipal de Lagoa e dos fundos comunitários.</p>					



2.3. Diagnóstico Prospetivo Síntese

Potencialidades/Forças	Estrangulamentos/Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de quatro ERPI no concelho de Lagoa, permitindo a institucionalização de uma importante procura local. 2. Existência de serviços de apoio domiciliário, permitindo aos utentes manter-se na sua zona de conforto/esfera de relações de proximidade. 3. Existência de Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração / Manutenção de Estômbar. 4. Apoio do Município de Lagoa à maioria das instituições que acompanham utentes do concelho. 5. Existência e atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Intervenção Social. 6. Existência e atividades desenvolvidas pelos 5 gabinetes de apoio social de proximidade integrados. 7. Existência de apoios concedidos no âmbito do Programa LagoaMaisPróxima e Cartão LagoaSocial. 8. Diversas instituições com serviços de apoio aos idosos. 9. Existência de Equipas de Intervenção Precoce na Infância. 10. Protocolos com a Associação de Saúde Mental do Algarve (ASMAL). 11. Presença de vários organismos públicos com serviços de apoio aos idosos. 12. Existência de atividades de convívio social / ateliers. 13. Presença da Universidade Sénior, com elevada procura. 14. Oferta de creche subsidiada (com acordos de cooperação com a Segurança Social) em todas as freguesias do concelho, procurando dar resposta às famílias de estratos socioeconómicos mais baixos e intermédios. 15. Serviços e horários ajustados às necessidades das famílias, facilitando a conciliação entre a vida familiar e a atividade profissional. 16. Proximidade do local de residência-creche e/ou creche-trabalho. 17. Instituições do concelho disponíveis para apoiar a população imigrante dentro dos serviços que dispõem e importância crescente do apoio do Alto Comissariado para as Migrações. 18. Apoios sociais atribuídos pelo Município de Lagoa no âmbito do Fundo de Emergência Social (FES). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de envelhecimento tem vindo paulatinamente a agravar-se. 2. Insuficiência de equipamentos para algumas respostas. 3. Dificuldades financeiras das entidades para avançar com novos equipamentos/respostas sociais. 4. Inexistência de instituições de acolhimento para portadores de deficiência no concelho. 5. Insuficiente número de vagas em ERPI. 6. Inexistência de um local de acolhimento temporário para receber casos sociais de Lagoa e, potencialmente, de outros concelhos limítrofes. 7. Apoio Domiciliário insuficiente (não-lucrativo) para abranger todas as zonas geográficas do concelho. 8. Isolamento social voluntário. 9. Insuficiente articulação entre as instituições do concelho no sentido de gerirem de forma eficiente as vagas existentes. 10. Colocação das crianças em creches fora do concelho, onde os pais trabalham, por lacunas existentes no local de residência. 11. Falta de abertura das Associações e IPSS para uma intervenção integrada. 12. Falta de dinamização e articulação entre as várias Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho. 13. Falta de apoio técnico nos equipamentos públicos e privados. 14. Acréscimo significativo de casos identificados como sem abrigo.

Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de acordos com a Segurança Social para os serviços de Apoio Domiciliário¹. 2. Apoios específicos do Portugal 2020 para criação de respostas, serviços e soluções inovadoras, bem como para a criação/reabilitação de equipamentos². 3. Valorização da formação, enquanto instrumento de qualificação das instituições, nomeadamente em Gestão da Qualidade. 4. Realização de candidaturas a financiamento. 5. Cursos de integração aos imigrantes promovidos pelo IEFP. 6. Existência de cinco Gabinetes Sociais de Proximidade (GASP) no Concelho que facilitam a articulação entre cidadãos e serviços públicos e privados de apoio social. 7. Consciencialização das dificuldades em superar abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social sem abordagens multidimensionais integradas. 8. Crescimento da atividade turística, com a afirmação em mercados alternativos e reinvenção nos mercados tradicionais, geradora de emprego. 9. Programas de apoio público que permitem uma atuação de proximidade às comunidades. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envelhecimento populacional. 2. Indisponibilidade por parte da família para prestar apoio e voluntariado. 3. Atual conjuntura económica e social em que o país se encontra (Desemprego, Baixos Rendimentos). 4. Desconhecimento do número real de casos de isolamento social existentes no concelho. 5. Desemprego de um ou mais membros das famílias, que conduz à retirada das crianças das creches. 6. Contexto económico regressivo com um crescimento ou manutenção dos elevados níveis de desemprego, empobrecimento dos indivíduos e famílias e aumento das situações de rutura social. 7. Tendência de aumento do insucesso e abandono escolares. 8. Diminuição acentuada das prestações sociais do Estado para as famílias. 9. Empobrecimento generalizado das famílias com impactes negativos significativos nos padrões de qualidade de vida.

¹ As prioridades para o investimento em Acordos de Cooperação para o funcionamento de respostas sociais serão publicadas, desconhecendo-se, presentemente, as que serão elegíveis. Releve-se que o acesso ao acordo de cooperação será por concurso público, de acordo com as regras a publicar.

² O concelho de Lagoa encontra-se identificado como prioridade 2 nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas, no mapeamento que o MTSSS apresentou.

2.4. Estimativas Demográficas, por grupo-alvo/tipologia de equipamento social

2.4.1 – Modelação matemática de suporte à projeção

O modelo Cohort-Survival aberto corresponde a uma modelação baseada na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Assenta em dois pressupostos de base: 1. a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; 2. a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduzindo o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

A aplicação do modelo, tem como objetivo prospetivar a população residente no concelho e nas respetivas freguesias, nos anos de 2021 e 2030, a partir da evolução demográfica patenteada durante o período 2001-2011, nomeadamente em dimensões como: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

Assim, num primeiro momento, com a população residente em 2001, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante este período (2001-2011) e com a população recenseada em 2011, estimou-se o saldo migratório (à população recenseada em 2001 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa. Elaboraram-se, posteriormente, as taxas de natalidade específicas e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário. Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da primeira década do milénio (2000-2010). As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2001 e 2011, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (permitindo quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem).

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas, logicamente, à população residente em 2011, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que nas décadas posteriores, o saldo migratório iria ser o mesmo, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2011).

2.4.2 – Criação de Cenários

A projeção, num “cenário tendencial”, corresponde à equação de concordância, traduzindo o efeito do crescimento natural e da variação migratória na evolução da população (a população final, em cada uma das freguesias, é igual à população inicial, em 2011, mais os nascimentos e as imigrações, menos os óbitos e as emigrações ocorridos ao longo da década).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2011. Os escalões etários seguintes correspondem ao produto da população residente em 2011, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Foi, igualmente, construído mais um cenário, expansionista/voluntarista moderado, no caso da freguesia que compõe a sede de concelho (freguesia urbana), tendo em conta o entrecruzar de fatores demográficos e económicos, pois podem obter-se perspetivas diferentes, do futuro.

Os processos utilizados foram os referidos anteriormente, só que nestes casos foram aplicados alguns pressupostos de base exteriores ao modelo, assumindo que alguns dos fenómenos demográficos poderão vir a sofrer comportamentos diferenciados nos próximos anos.

Neste “novo” cenário, assume-se que as taxas de mortalidade, por grupo etário, irão estacionar, mantendo-se praticamente inalteradas durante a década. Não é expectável que nos próximos anos, face ao nível que atingimos em termos de cuidados de saúde e assistência médica, bem como nos índices globais de qualidade de vida, que a esperança média de vida se venha a alterar significativamente. Contudo, são assumidas diversas alterações nas taxas de natalidade e migratória, dado que são

previsíveis algumas alterações nos comportamentos demográficos, relativamente à situação da década anterior, na freguesia sede de concelho.

Assim, no caso da freguesia urbana, sede de concelho, introduziu-se um crescimento na taxa de natalidade, caminhando-se para valores médios 15‰ (apesar das taxas de natalidade e fecundidade serem já relativamente elevadas nesta freguesia – 13,8‰, num hipotético cenário de expansão urbana, baseada em casais jovens em idade de procriar, poderão acentuar-se esses ritmos de crescimento da natalidade e, por outro lado, que o incremento dos valores do saldo migratório já expectáveis serão reforçados em 10%, incremento a contabilizar na taxa de crescimento migratório registada na freguesia, entre 2001 e 2011, em todos os grupos etários decenais, uma vez que a freguesia apresentava saldos migratórios relativamente medianos – 13%.

Esta opção por sobrevalorizar a componente migratória nesta freguesia, resulta do modelo de desenvolvimento preconizado pelo município e que acompanha de perto a hierarquia urbana proposta. Neste sentido, o eixo preferencial de expansão/consolidação dos perímetros urbanos centra-se sobretudo na cidade sede de concelho.

Num cenário estratégico, que acompanhe o modelo de desenvolvimento preconizado pela autarquia, em que todos os investimentos/projetos propostos sejam concretizados, a estimativa de um valor populacional para o concelho situar-se-á próximo do valor encontrado para o cenário expansionista/voluntarista moderado.

Tendo por base os cenários de projeção demográfica anteriormente referidos, encontraram-se as estimativas populacionais para o município de Lagoa, para cada um das suas freguesias, para os anos de 2021 e 2030. Esta projeção foi efetuada tendo por base a anterior delimitação e configuração administrativa das freguesias, de modo a melhor explorar e potenciar a informação existente e melhor evidenciar as diferenças intraconcelhias, a partir de uma menor escala de análise.

Considerando fundamentalmente o ano de 2030, que constitui o ano de referência para esta Carta Social, verifica-se que a população se situará entre os 25.564 habitantes (cenário tendencial) e os 26.328 habitantes (cenário alternativo moderado – que contempla, exclusivamente o acréscimo a registar na freguesia de Lagoa).

Freguesia	População residente			Projeção demográfica		Variação 2011-2021/2030 (%)	
	2001	2011	Variação 2001-2011 (%)	2021	2030	2021	2030
Estômbar	4.658	4.985	7,0	5.291	5.404	6,1	8,4
Ferragudo	1.866	1.973	5,7	2.055	2.006	4,2	1,6
Lagoa	6.063	7.266	19,8	8.349	8.836	14,9	21,6
Porches	1.902	2.011	5,7	2.091	2.095	4,0	4,2
Carvoeiro	2.784	2.721	-2,3	2.559	2.448	-6,0	-10,0
Parchal	3.378	4.019	19,0	4.635	4.775	15,3	18,8
Concelho	20.651	22.975	11,3	24.980	25.564	8,7	11,3

2.4.3. – Impactes da procura

As estimativas populacionais para diferentes horizontes temporais e a evolução de determinados quantitativos para grupos específicos, nomeadamente para os grupos etários mais vulneráveis e portanto alvo de uma maior proteção social (as crianças e os idosos) são imprescindíveis para fundamentar e consubstanciar algumas das orientações/critérios de programação a delinear, em fase de Plano de Ação, face ao impacte potencial que assumirão na procura de determinados equipamentos e respostas sociais.

Concomitantemente deve sublinhar-se que a programação de equipamentos sociais vocacionados para esta população-alvo se encontra facilitada, na medida em que a concordância/associação destas populações com determinados grupos etários permite estimar a evolução dos respetivos quantitativos populacionais, com margens de erro mais reduzidas. Para os restantes públicos-alvo esta é potencialmente uma limitação, conferindo maior dificuldade ao processo de estimativa, no quadro em que as problemáticas subjacentes às necessidades associadas às restantes respostas sociais são, em geral, transversais a diversas faixas etárias.

Neste quadro, o próximo passo metodológico centrou-se na tentativa de proceder à repartição da população estimada para cada um dos grupos decenais, pelas idades ano a ano que os compõem, nomeadamente para o primeiro grupo decenal e para o grupo dos mais de 65 anos, que no fundo são aqueles que agregam a população-alvo, potencialmente a integrar nos diversos equipamentos/respostas sociais específicas, em 2030.

Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2001 e 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a

mesma proporção aos valores estimados para 2021 e 2030. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2011 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos, em 2021, e 20 anos, em 2030, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração (cenário tendencial) ou um valor mais elevado se se alterarem alguns fenómenos demográficos (cenário alternativo, no caso de Lagoa).

Neste quadro, como seria espectável, face à maior amplitude de idades presentes, o maior número de pessoas integra o grupo 20-64 anos. Contudo, merece destaque o elevado número de residentes que possuirão 65 ou mais anos, em 2030: 6.898 (cenário tendencial; num cenário expansionista moderado, acrescem mais 85 idosos). Estes valores, enfatizam a necessidade de se conceder uma especial atenção a este grupo etário, na fase de programação de equipamentos.

Freguesia	2030 (cenário tendencial)					
	0-2	3-5	0-9	10-19	20-64	65+
Estômbar	128	138	451	545	3.032	1.376
Ferragudo	45	49	159	164	924	758
Lagoa	284	308	1.002	985	4.576	2.273
Porches	60	65	211	208	1.077	600
Carvoeiro	75	81	264	199	1.204	780
Parchal	109	118	385	390	2.890	1.110
Concelho	700	759	2.472	2.490	13.704	6.898

4. Do novo Quadro Estratégico à Intervenção Integrada

4.1. Definição da Visão Estratégica

4.1.1. Introdução

O Desenvolvimento Social constitui uma dimensão fundamental pela sua importância no processo de desenvolvimento local, na qualificação e valorização dos aglomerados, no estreitar de desigualdades, no espriar da qualidade de vida pela generalidade da população lagoense e na promoção da coesão territorial e social, relevando o acesso dos diferentes grupos sociais às diversas tipologias morfológicas de equipamentos e respostas sociais (infância, idosos, família e comunidade, entre outros).

Neste quadro, o modelo de desenvolvimento social preconizado apresenta como característica marcante o facto de assumir um enfoque multiobjectivo e multidimensional. Esta abordagem está em coerência com o facto de, a um tempo, este ser um exercício de planeamento de âmbito territorial e, a um segundo tempo, por assumir o desenvolvimento integrado como um vetor decisivo.

Crescentemente presente no quadro das políticas públicas, o desenvolvimento social assume-se como um pensamento estratégico, não só preocupado em responder às necessidades do presente, prestando atenção aos fatores de coesão, como também em assegurar que não é comprometida a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras. Por conseguinte, a estratégia deve privilegiar, de forma integrada, diversas dimensões do desenvolvimento, embora a visão estratégica deva estar suportada principalmente na solidariedade e na inclusão, criando um quadro de oportunidades de vida e de conforto social, para a população, atualmente, em elevados risco de pobreza e exclusão. Esta visão deverá ser suportada pelos instrumentos de política, mas também pela rede social, pela comunidade e pelas famílias. Neste âmbito, a visão concede grande importância à criação de condições propícias à melhoria da qualidade de vida.

Neste quadro, embora no âmbito da Carta se privilegie a dimensão de planeamento e ordenamento da Rede de Equipamentos e Serviços Sociais (para diversos grupos etários, nomeadamente para aqueles com maior potencial de risco/de vulnerabilidade - crianças, jovens e idosos), será fundamental equacionar outros projetos que permitam, por exemplo:

- i) reforçar o trabalho multidisciplinar e de proximidade junto da população excluída e em risco de exclusão;
- ii) incentivar o desenvolvimento de iniciativas de inovação social de promoção da participação social e de facilitação do acesso ao emprego ou autoemprego;
- iii) capacitar as entidades de economia social como entidades potenciadoras e integradoras de desempregados e de jovens capacitados à procura do 1º emprego.

4.1.2. Pano de Fundo

A concretização do processo de transição demográfica, marcado por um aumento significativo da esperança média de vida e duplo envelhecimento demográfico da sociedade, com o aumento da população idosa a ser acompanhado de um decréscimo da população jovem, criou novas carências de respostas específicas. Estas necessidades foram agudizadas pela maior participação da mulher no mercado de trabalho, acompanhada de uma gradual incapacidade em assegurar as tarefas e responsabilidades familiares que tradicionalmente lhe estavam associadas, nomeadamente, a prestação de cuidados aos grupos mais vulneráveis. Verificou-se, assim, um recuo das redes de suporte familiar. Acrescem importantes mudanças do foro organizacional familiar, indelevelmente marcadas pela crescente atomização dos núcleos e diversificação das tipologias familiares, com a proliferação de múltiplas variações à família tradicional.

Por outro lado, uma das transformações mais recentes nas políticas públicas de combate à pobreza e da política de cidades consiste na ampla consensualização da importância de abordagens urbanas integradas e na concertação (desenho, implementação e avaliação) entre as várias políticas e instrumentos que visam o combate à pobreza e a promoção da inclusão social (emprego, formação, educação, saúde e inclusão de imigrantes e minorias étnicas).

Esta mudança reflete um entendimento mais abrangente das problemáticas da pobreza e da exclusão social, bem como da complexidade que caracteriza a sua natureza e subsequentemente resolução, após vários ciclos de investimento em intervenções de natureza unidirecional, cujos resultados apresentaram um reduzido alcance e baixo sucesso em matéria de geração de mudanças nos residentes de territórios vulneráveis.

Num quadro concelhio, em que a rede de equipamentos sociais no domínio da infância e juventude (creches, ...) se apresenta manifestamente diminuta (listas de espera significativas) ou inexistente (lares para a juventude,...), que no domínio dos idosos se contabilizam muitos utentes em lista de espera para a resposta lar e existe uma ausência de oferta de equipamentos dirigidos a população com doenças mentais, uma das apostas a privilegiar deverá passar pela criação de novas respostas sociais e pela melhoria da cobertura das respostas existentes.

Por outro lado, perante o aumento do envelhecimento demográfico concelhio, traduzido no relevante peso da população com mais de 65 anos, a que acresce a relevância da proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com 65 ou mais anos, sublinha-se a necessidade de conceder uma especial atenção à diminuição das situações de isolamento e pobreza dos estratos etários mais avançados, com projetos de grande impacte. Dada a falta de apoio familiar e as dificuldades económicas dos idosos, e de modo a reduzir os níveis de isolamento psicossocial, valorizar o papel do idoso enquanto cidadão ativo, e numa perspetiva de manutenção desta população nas suas habitações, em detrimento da sua institucionalização, esta deverá ser uma das dimensões a ponderar.

No atual contexto, marcado pelo elevado número de beneficiários do rendimento social de inserção, refletindo a existência de situações de carência e pobreza extrema no concelho, nomeadamente na população ativa mais jovem, releva-se a importância de fortalecer a Rede de Emergência Social e de Voluntariado (apoio alimentar, inclusão social de grupos que se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social).

Visão Estratégica

Lagoa 2030: Uma comunidade solidária e inclusiva, um concelho apazível para crescer e envelhecer.

4.3. Objetivos e princípios estratégicos

A rede de equipamentos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações. De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos sociais constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento municipal e na promoção da coesão social.

A Carta Social do Município de Lagoa pretende implementar uma metodologia que articule a dimensão das políticas sociais com a dimensão das políticas de ordenamento territorial e urbano.

Por conseguinte, a sustentabilidade da Carta Social implica que a sua programação se encontre em estreita articulação com os objetivos e princípios orientadores das políticas, programas e planos de desenvolvimento social e de planeamento territorial de âmbito nacional, regional e municipal. Esta constitui uma condição essencial para que a Carta contribua a um tempo, para alcançar as metas de desenvolvimento social estabelecidos pela Comissão Europeia e pelo Estado e, num segundo tempo, para viabilizar um modelo desenvolvimento territorial integrado e sustentável do Concelho de Lagoa.

No que diz respeito às políticas sociais, importa ter em conta especialmente os documentos orientadores das políticas e das estratégias desenhadas para a proteção e inclusão social, nomeadamente no que respeita às normas e diretrizes comunitárias.

Quanto às indicações ou diretrizes nacionais importa salientar o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social. Deste documento legislativo importa destacar o ênfase colocado na ideia de que para se fazer face às problemáticas sociais que afetam a nossa sociedade, é fulcral que no âmbito do planeamento social e urbano, de âmbito local, estejam presentes as medidas e ações definidas nos principais documentos nacionais, tais como: a Estratégia Nacional para a Proteção e Inclusão Social; o Plano Nacional para a Ação, Crescimento e Emprego; o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI); o Plano Nacional de Emprego (PNE); o Plano Nacional de Saúde (PNS); a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI); o Plano Nacional para a Igualdade (PNI); o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD).

Na dimensão de políticas sociais, mas territorialmente circunscritas, há que levar em consideração ao nível local, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social do Concelho de Lagoa, que constituem elementos orientadores fundamentais da estratégia a seguir pela Carta Social.

No que concerne à articulação com os instrumentos de ordenamento do território, dada a sua vastidão, consideraram-se três escalas de intervenção fundamentais. Relativamente à escala nacional, há que relevar o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que constitui o instrumento estratégico de carácter geral e transversal, orientador das diversas políticas (incluindo a dimensão social) com incidência no território nacional.

Ao nível regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), reveste-se de uma importância particular. Assim, a programação de equipamentos sociais do Concelho de Lagoa deverá encontrar-se em conformidade com os grandes desígnios de ordenamento territorial definidos no PROTAL.

Finalmente, a nível local, o Plano Diretor Municipal (PDM), por se tratar de um marco estratégico, ordenador do futuro do território e com carácter vinculativo, constitui o instrumento de ordenamento do território com maior impacto na Carta Social. O PDM de Lagoa, encontra-se atualmente em fase de revisão, tendo a dimensão social e de dotação de equipamentos no território uma importância fundamental neste instrumento de ordenamento do território de âmbito municipal.

Da concertação entre as especificidades territoriais e as orientações ao nível das políticas sociais a diversas escalas de análise, resultam quatro grandes princípios que

deverão orientar o padrão espacial de programação de equipamentos no âmbito da Carta Social do Município de Lagoa, conforme sintetizado no quadro seguinte.

Equidade	Prossecução de uma lógica de equidade na alocação dos investimentos, de modo a assegurar que todos os utentes com iguais necessidades beneficiam de uma oferta semelhante, conferindo assim aos padrões de acesso e utilização uma forte componente de justiça social
Proximidade	A repartição espacial da rede deverá assegurar que estes se encontrem o mais próximo possível das áreas residenciais dos seus utentes, privilegiando assim quadros de vida locais
Policentrismo	A programação deverá pautar-se pela preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, devendo neste sentido assegurar que a repartição espacial dos mesmos reforce centralidades consolidadas ou em emergência
Racionalidade e Eficiência	Perante a impossibilidade técnica e financeira de dotar uniformemente todo o território com equipamentos sociais, importará que a alocação espacial destes potencie sinergias e maximize os investimentos realizados

Em face do exposto, considera-se que o objetivo central da Carta Social do Município de Lagoa consiste na sustentação de uma estratégia territorializada de operacionalização das políticas sociais, de modo a consolidar um concelho coeso e solidário, contribuindo, por um lado, para a criação de uma rede de equipamentos sociais com elevados níveis de eficácia e de eficiência e, por outro, para a modelação de um sistema territorial equilibrado e policêntrico.

4.4 – Vetores estratégicos

A Carta Social do Município de Lagoa pretende constituir-se, ao nível municipal, como o instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos de âmbito social existentes ou a construir no concelho, numa lógica de otimização dos recursos existentes e previsíveis.

A Carta visa o cumprimento de objetivos de desenvolvimento social concordantes com o estabelecido noutros instrumentos de planeamento e desenvolvimento municipal, oferecendo, no que respeita à dotação de equipamentos e serviços sociais, um caminho para a sua concretização.

A Estratégia definida considera desde logo os critérios e os princípios que estão na base deste documento e visa simultaneamente:

- ✓ orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território;
- ✓ orientar a ação dos diversos atores sociais, sinalizando as necessidades e prioridades de investimento, tanto na ótica da criação de novos equipamentos e respostas sociais, como em termos de qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de um objetivo central: tornar Lagoa um concelho social e territorialmente coeso e solidário, contribuindo para a criação de uma rede de equipamentos sociais com elevados níveis de eficácia e para a modelação de um sistema territorial e urbano equilibrado.

Para a sua prossecução é necessária uma ação concertada dos diferentes atores sociais, com vista ao cumprimento de três **vetores estratégicos** fundamentais:

- i) **Criar Novas Respostas Sociais;**
- ii) **Melhorar a Cobertura das Respostas Sociais Existentes;**
- iii) **Qualificar a Oferta de Equipamentos e Serviços.**

Relativamente ao vetor “Criar Novas Respostas Sociais”, privilegiam-se as intervenções de carácter estruturante e que possam ter um maior espectro territorial, de modo a suprir carências detetadas no Diagnóstico Social. Pretende-se, pois, contribuir para a consolidação de uma rede municipal de equipamentos sociais de elevados padrões de qualidade, tendo como padrão de fundo um sistema municipal coeso. Este vetor estratégico apresenta os seguintes objetivos:

- i) criar condições para o desenvolvimento de respostas sociais inovadoras;**
- ii) diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais no concelho;**
- iii) aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional, através da criação de equipamentos e serviços com um maior nível de especialização;**
- iv) contribuir para a consolidação de uma rede de equipamentos sociais no município de elevada qualidade;**
- v) qualificar a oferta de equipamentos e serviços sociais no município.**

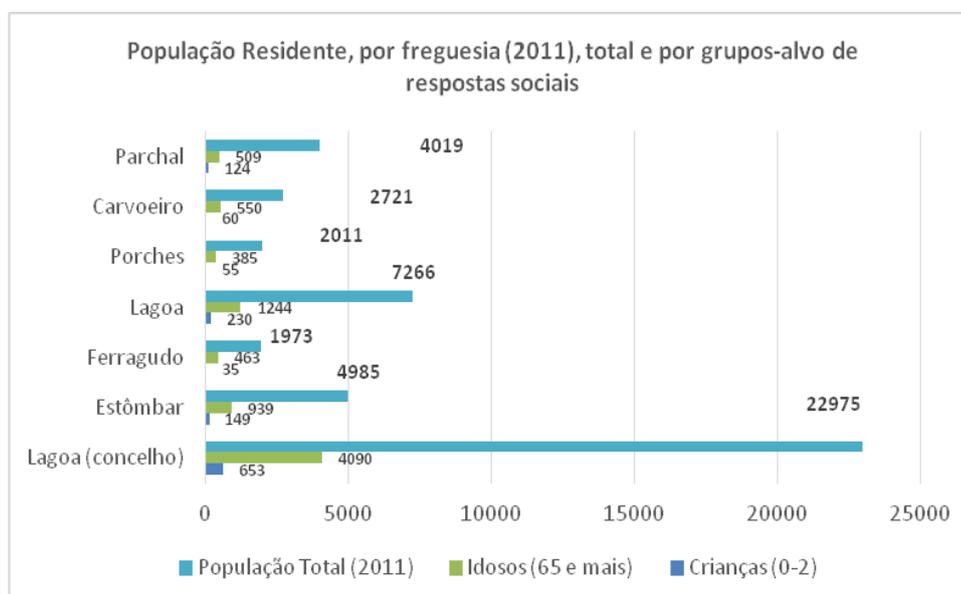
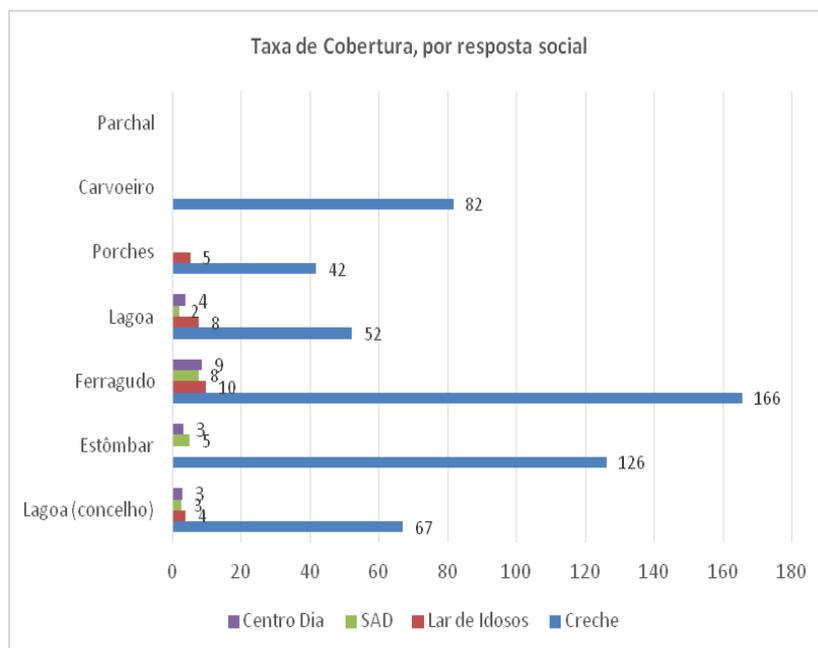
No vetor “Melhorar a Cobertura das Respostas Sociais Existentes”, pretende-se elevar os níveis de resposta nos domínios e Respostas Sociais que denotem fragilidades atualmente ou que se estime a sua ocorrência no futuro em resultado das projeções de evolução dos públicos-alvo. Neste quadro, contribui-se para a consolidação de uma rede de equipamentos e serviços sociais corretamente estruturada, em que as respostas sociais se organizem de modo a garantir uma correta cobertura territorial de cada resposta social.

Os objetivos associados a este vetor estratégico passam por:

- i) melhorar a relação oferta/ procura na rede de equipamentos e serviços sociais;**
- ii) aumentar a taxa de cobertura das respostas sociais existentes;**
- iii) melhorar a qualidade da oferta de equipamentos e serviços sociais;**
- iv) diminuir a taxa de ocupação dos equipamentos existentes;**
- v) acabar com as listas de espera atualmente existentes;**

vi) desenvolver uma rede de equipamentos de proximidade para as respostas sociais com um menor grau de especialização funcional;

vii) diminuir as situações de isolamento dos idosos.



Fonte: INE (RGP 2011; população residente por idade) e processo de inquirição próprio (vagas existentes, por resposta).

Finalmente, quanto ao terceiro vetor estratégico, “Qualificar a Oferta de Equipamentos e Serviços”, visa sobretudo melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais, respondendo às fragilidades identificadas no processo de inquirição, incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Procura atingir os seguintes objetivos:

- i) promover a qualificação dos equipamentos e serviços existentes;**
- ii) promover a reabilitação dos equipamentos com problemas de conservação;**
- iii) melhorar as condições de conforto térmico/reabilitação térmica dos equipamentos;**
- iv) melhorar as condições de operacionalidade e de trabalho dos equipamentos e dos recursos humanos associados aos diversos equipamentos.**

5. Matriz de prioridades de intervenção

5.1. Adequação e compatibilização com o modelo de estruturação territorial

A rede de equipamentos e serviços sociais de Lagoa caracteriza-se por alguma diversidade, resultante da coexistência de domínios morfológicos heterogéneos e subsequentemente de respostas sociais distintas, o que denota preocupações sociais com temáticas multivariadas.

Constituindo a área de influência de cada equipamento social um fator determinante na programação, é importante ter presente um modelo territorial que contenha a escala de atuação desejável de cada uma das diferentes respostas sociais. Este modelo, à escala municipal, deve ser estruturado em dois grandes níveis de atuação.

Concelho	Localização (Central)	Equipamentos e respostas sociais que estão vocacionados para um público-alvo que tem um padrão de localização relativamente difuso exigindo-se, por esse facto, que o equipamento ou serviço beneficie de uma boa acessibilidade geral, normalmente existente nos locais mais centrais.
	Localização (de proximidade)	Equipamentos e respostas sociais que estão dirigidos para públicos-alvo específicos, que têm uma localização pontual e concentrada num dado local do concelho, justificando-se, por esse facto, que a resposta social esteja aí instalada, tanto mais que na maioria das vezes se trata de uma população com elevados níveis de pobreza e fortes condicionamentos de mobilidade.
Local	Mais próximo do território de inserção do equipamento e serviço, corresponde a respostas sociais essencialmente dirigidas à infância e juventude e aos idosos, que se desejam universais, cobrindo sistematicamente todo o território no concelho, assegurando-se que o seu público-alvo tenha uma resposta no âmbito do seu quadro de vida quotidiano.	
	Freguesia	Nas situações em que a dimensão populacional de uma dada freguesia justifique por si só a existência de um dado equipamento e/ou resposta social.
	Agrupamentos de Freguesias	Nas situações em que importa encontrar soluções de concertação territorial, dado o facto de a dimensão populacional de algumas freguesias não justificarem soluções isoladas, numa lógica de

		<p>eficiência e de eficácia na rede de equipamentos sociais do município, tendo também em consideração o quadro de acessibilidades existente e as dinâmicas territoriais existentes e previsíveis.</p>
--	--	--

Naturalmente que, quanto maior é a área de influência de uma resposta social, menor é a sua necessidade de proximidade ao seu respetivo público-alvo e mais elevado é o nível da hierarquia que lhe está afeto no modelo territorial. Pelo contrário, as respostas sociais que pelas suas especificidades se encontrem mais próximas dos cidadãos devem ser atribuídas à escala mais reduzida no modelo territorial.

Neste quadro, a Carta Social, enquanto instrumento de planeamento e gestão do território, mas também de Desenvolvimento Social, e tendo em atenção as prioridades estratégicas inscritas nos diversos instrumentos de desenvolvimento territorial com incidência no município de Lagoa deve fornecer contributos para a definição de uma correta estruturação e, ordenamento do território municipal.

Assim, a Programação dos Equipamentos Sociais do Concelho de Lagoa, deverá contribuir para a concretização de um modelo de ordenamento territorial sustentável que reforce as centralidades urbanas do concelho conferindo-lhes um maior protagonismo funcional e que reforce as centralidades territoriais e urbanas como palcos privilegiados do quotidiano das famílias.

5.2. Adoção de normas e critérios de programação

Na programação de equipamentos, importa clarificar e precisar os critérios que orientarão o exercício. A grelha de critérios a utilizar é extraída das Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU³.

<p>Irradiação</p>	<p>Tem como objetivo estabelecer o valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utentes entre o local de partida, que habitualmente é considerada a residência, e o local de destino, que consiste no equipamento em causa, a pé ou com recurso a transportes públicos, sendo medida em minutos ou em quilómetros.</p>
--------------------------	--

³ Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) – “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos”, 2002.

Área de Influência	É delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor da irradiação, sendo a sua medição realizada sobre as vias de comunicação, tendo em conta tanto as características físicas do território, como a própria rede de transportes públicos.
População-base	Corresponde ao quantitativo populacional a partir do qual se justifica a criação de um determinado Equipamento Coletivo, podendo ser indicado de várias formas, nomeadamente, em número de habitantes, num seu subconjunto, um determinado estrato populacional, ou mesmo em número de utentes do respetivo equipamento.
Critério de Programação	Cuja finalidade é criar as condições adequadas para a prestação de um serviço de qualidade; assenta em questões relativas ao funcionamento e à gestão do equipamento, e estabelece indicadores que podem refletir valores mínimos preferenciais ou máximos de utentes, para um correto e ajustado funcionamento do equipamento.
Critério de Dimensionamento	Permite estimar as dimensões do equipamento em causa, devendo obter-se, pelo menos, a área do terreno e a área de construção.
Critério de Localização	Estabelece um conjunto de condições específicas que devem ser tomadas em conta na escolha da localização dos equipamentos. Estas condições visam sobretudo potenciar complementaridades e incompatibilidades com outros equipamentos, mas também salientar um conjunto de características que os espaços a escolher deverão ter de modo a responder às necessidades da procura.

Dado o carácter omissivo das Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU no que concerne a determinados Equipamentos Sociais, nessas situações recorrer-se-á a fontes diversas para a definição dos critérios de planificação, em particular a documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério responsável, nos quais são instituídos os princípios gerais e o regime jurídico da construção, licenciamento e funcionamento.

Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Local

Tipo Morfológico	Respostas Sociais	Normas de programação			
		População-Base	Critério de Programação	Critério de Dimensionamento	Critério de Localização
Infância e Juventude	Creche	5.000 habitantes	Freguesia com: 1. Mão-de-obra Feminina 2. Taxa de natalidade 3. Taxa de mortalidade infantil	Número máximo de crianças por grupo é de: a) 10 crianças até à aquisição da marcha; b) 14 crianças entre a aquisição da marcha e os 24 meses; c) 18 crianças entre os 24 e os 36 meses. (fonte: portaria 262/2011 de 31 de Agosto, alterada pela portaria 411/2012 de 14 de Dezembro)	1. Espaço central, de modo a evitar que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajetos diários; 2. Zona de fácil acesso e seguro a peões, incluindo abastecimento a bombeiros; 3. Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso.
				A capacidade máxima da estrutura residencial é de 120 residentes, não podendo ser inferior a 4 residentes. A estrutura residencial organiza -se por unidades funcionais. A capacidade máxima de cada unidade funcional é de 60 residentes. Quando a capacidade da estrutura residencial for até 80 residentes, é dispensada a obrigatoriedade de existência de unidades funcionais. (fonte: portaria 67/2012 de 21 de março)	
Idosos	ERPI	Variável consoante o número de idosos	Concelhos com elevados índices de envelhecimento e dependência dos idosos		1. Em zonas habitacionais, de acesso fácil e seguro; 2. De preferência localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços, como por exemplo correios, bancos, etc.; 3. Em zonas com a acessibilidade às estruturas de saúde; 4. Afastado de zonas poluídas e de ruído intenso.
	Centro de Dia	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 5,5 m2/pessoa Área de construção – 7 m2/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir (fonte: Guião técnico do Centro de Dia elaborado pela Direção-Geral de Ação Social, aprovado por Despacho do SEIS, de 29 de novembro de 1996)	Freguesias de centros urbanos ou rurais onde existam necessidades detetadas e sensibilização da população para a utilização deste tipo de equipamento.
Pessoas em Situação de Dependência	Apoio Domiciliário	Variável de acordo com as necessidades	Segundo a portaria n.º 38/2013 de 30 de Janeiro, não é estabelecido um número mínimo ou máximo para esta Resposta Social.	1. Existem critérios vários de dimensionamento relativos à área de acesso, área de direção e dos serviços técnicos, área de serviços e área do pessoal (Fonte: anexo à portaria n.º 38/2013 de 30 de Janeiro).	1. O SAD pode ser desenvolvido a partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas; 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população. 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.

Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, da DGOTDU e outra legislação.

Normas de Programação Aplicáveis às Respostas Sociais de Nível Concelhio

Tipo Morfológico	Respostas Sociais	População-Base	Critério de Programação	Critério de Dimensionamento	Critério de Localização
Infância e Juventude	Lar de Juventude	Variável consoante a população da região.	A distribuição dos estabelecimentos deve ser definida em função das necessidades.	Unidade mínima – 12 utentes/grupo Unidade máxima – 60 utentes Área média das instalações: - área útil – 12 m ² /criança - área de construção – 16 m ² /criança (Fonte: Decreto Lei n.º 2/86 de 2 de Janeiro)	1. Em zonas habitacionais; 2. Serem dotadas com equipamentos, designadamente educativos, de formação profissional, de saúde, socioculturais e recreativos; 3. Disporem de acesso fácil e seguro e serem bem servidas pelas redes de transporte.
Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades.	Incidência de Jovens e Adultos com deficiência grave e/ou profunda.	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m ² (Fonte: decreto lei n.º 18/89 de 11 de janeiro, despacho n.º 52/SESS/1990 de 27 de Junho e portaria n.º 432/2006 de 3 de Maio)	1. Proximidade de zonas habitacionais; 2. Zonas dotadas de infraestruturas de saneamento básico, de redes de energia elétrica, água e telefone; 3. Zonas que disponham de apoio de serviços pela rede pública de transportes para deficientes; 5. Afastamento de local ruidosos e com tráfego intenso.
Idosos	Residência Sénior	Variável consoante o número de idosos.	Concelhos com elevados índices de envelhecimento e dependência dos idosos.	A capacidade máxima da estrutura residencial é de 120 residentes, não podendo ser inferior a 4 residentes (Fonte: portaria 67/2012 de 21 de março)	1. Em zonas habitacionais, de acesso fácil e seguro; 2. De preferência localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços, como por exemplo correios, bancos, etc. 3. Em zonas com a acessibilidade às estruturas de saúde; 4. Afastado de zonas poluídas e de ruído intenso.
Família e Comunidade	Centro Comunitário	Potencialmente toda a população residente.	Existência de problemas que impeçam a participação das pessoas, famílias e grupos no seu próprio desenvolvimento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m ² /pessoas Área de construção - 10 m ² /pessoa Área do espaço exterior – a definir (Fonte: Guião técnico da DGAS, setembro de 2000)	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, de preferência num local com efetiva centralidade; 2. Possuir acesso fácil, sem barreiras arquitetónicas; 3. Obedecer a regras de salubridade e de segurança definidas e comprovadas pelas entidades competentes; 4. Ser servido por transportes públicos.

Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos, da DGOTDU e outra legislação.

5.3. Quadro de operacionalização: Dos projetos estruturantes às medidas complementares

No quadro do diagnóstico social elaborado e da visão estratégica preconizada afigura-se determinante conceber um programa de ação de médio e longo prazo ambicioso e tecnicamente sustentado, que responda de forma adequada e atempada à política de desenvolvimento municipal em curso, cujas múltiplas dimensões de intervenção pública concorrem para um cenário prospetivo de afirmação de Lagoa à escala regional, sustentada na atração e fixação de jovens, na criação de emprego e na geração e distribuição de riqueza, como forma de integração social de populações desfavorecidas.

Não obstante, deve salvaguardar-se que independentemente da pertinência da criação de novas respostas ou novos lugares nas respostas sociais (conforme expresso no programa de ação, a apresentar seguidamente), do âmbito da Segurança Social, a celebração de acordo de Cooperação ficará condicionada à dotação orçamental anualmente aprovada, bem como as prioridades definidas, tendo por base, por um lado, a utilização eficiente dos serviços e dos equipamentos sociais, a eliminação de sobreposições e, por outro, as lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos. Acresce que de acordo com o Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de acordo com a deliberação relativa às “Intervenções condicionadas a Mapeamento” da CIC Portugal 2020, de 26 de março de 2015, o concelho de Lagoa não se encontra priorizado na resposta social “creche” e encontra-se priorizado com prioridade 2, nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas. Releve-se ainda que o distrito de Faro apresenta a segunda taxa de cobertura mais baixa do Continente, nas respostas sociais destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade, sendo claramente assumida como uma dimensão prioritária de investimento.

	Respostas destinadas a Pessoas idosas	Centro de dia	ERPI
Concelho de Lagoa	Prioridade 2	Prioridade 2	Prioridade 3

No presente exercício prospetivo, de médio-longo prazo, tidas em conta as prioridades definidas no mapeamento dos investimentos públicos em infraestruturas sociais para o concelho (horizonte do atual período de programação - 2020), a visão estratégica preconizada para Lagoa pretende ser mais abrangente e contemplar todos os projetos e respostas que foram diagnosticados como pertinentes e fundamentais para a operacionalização de uma política municipal multidimensional de atração e fixação de residentes e emprego (concorrendo para afirmar Lagoa no panorama regional) e de

inclusão e integração social de populações vulneráveis, ainda que possam ser desenvolvidas através de investimentos privados.

5.3.1. Criar novas respostas sociais

Conforme explicitado anteriormente, pretende-se “Criar Novas Respostas Sociais”, privilegiando-se as intervenções de carácter estruturante e que possam ter um maior espectro territorial, de modo a suprir carências detetadas no diagnóstico. Esta aposta visa, sobretudo, diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais no concelho e, complementarmente, aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional, através da criação de equipamentos e serviços com um maior nível de especialização.

Neste enquadramento apresentam-se, seguidamente, os principais projetos estruturantes a equacionar até 2030.

Projeto estruturante 1. Lar de Infância e Juventude (Lagoa)

Promotor		Projeto			
IPSS concelhia/Privados		Lar de Infância e Juventude, em Lagoa			
Parceiros					
Câmara Municipal de Lagoa/Privados					
Investimento (Estimativa)					
€ 300.000					
Financiamento					
Portugal 2020; Privados					
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030	
	○	○	○	○	
Curto prazo (priorização elevada)					
Fundamentação e Referenciais Estratégicos					
<p>O combate à pobreza das crianças e dos idosos e a correção das desvantagens na educação e formação/qualificação são duas das grandes prioridades municipais. Nos diversos fóruns participativos realizados no âmbito dos trabalhos de Revisão do PDM e no processo de inquirição a diversas entidades, foi apontada e reconhecida a importância de criar novos espaços para a infância e juventude, nomeadamente para limitar potenciais comportamentos e situações de risco.</p> <p>A cobertura no domínio da Infância e Juventude é manifestamente escassa no município, nomeadamente quanto à prevenção de situações de risco social e ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo e respetivas famílias. Nesse sentido, é premente a disponibilização da resposta social de Lar de Infância e Juventude, de modo a conceder um forte contributo no apoio a crianças e jovens que se encontram desprovidos de uma estrutura familiar, garantindo as condições essenciais de modo a preparar a sua reintegração sociofamiliar ou, para aqueles cuja idade o justifique, apoiá-los ao nível da escolarização e/ou formação profissional.</p>					
Descrição					
Com este projeto pretende-se a construção de um Lar de Infância e Juventude, em Lagoa. Este Lar destina-se ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.					

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais; ➤ Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional.

Projeto estruturante 2. Lar residencial para pessoas com deficiência (Lagoa)

Promotor	Projeto			
IPSS concelhia/Privados	Lar Residencial (pessoas com deficiência), em Lagoa			
Parceiros				
Câmara Municipal de Lagoa/Privados				
Investimento (Estimativa)				
€ 1.000.000				
Financiamento				
Portugal 2020; Privados				
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030
	○	○	○	○
	Curto/médio prazo (priorização média)			
Fundamentação e Referenciais Estratégicos				
<p>Nos últimos anos a Região tem observado uma evolução positiva em termos de respostas sociais para a deficiência, com densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes um pouco por todo o território. Contudo, persistem importantes debilidades regionais, não existindo no Município esta resposta. Nos diversos fóruns participativos realizados no âmbito dos trabalhos de Revisão do PDM e no processo de inquirição a diversas entidades, foi apontada e reconhecida a importância de criar novos espaços para a o apoio a pessoas com deficiência.</p> <p>Assim, importa reforçar as respostas às pessoas com deficiência e incapacidade e tirando partido da sua proximidade aos cidadãos e às famílias, criando novos equipamentos para o efeito, assumindo Lagoa essa pretensão.</p>				
Descrição				
O equipamento destina-se a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.				
Objetivos				
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais; ➤ Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional. 				

Projeto estruturante 3. Lar Residencial (pessoas com problemas de saúde mental) em Lagoa

Promotor		Projeto Lar Residencial (pessoas com problemas de saúde mental), em Lagoa			
IPSS concelhia/Privados					
Parceiros					
ASMAL/Privados					
Investimento (Estimativa)					
€ 1.200.000					
Financiamento					
Portugal 2020; Privados					
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030	
	○	○	○	○	
Curto/médio prazo (priorização média)					
Fundamentação e Referenciais Estratégicos					
Nos diversos fóruns participativos realizados no âmbito dos trabalhos de Revisão do PDM e no processo de inquirição a diversas entidades, foi apontada e reconhecida a importância de criar novos espaços para a o apoio a pessoas com problemas de saúde mental. A ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve, apontou para a existência de interesse na abertura de uma unidade sócio-ocupacional no concelho de Lagoa, esta unidade irá complementar os serviços a disponibilizar pelo Lar devendo ser criada independentemente da concretização do Lar no momento posterior.					
Descrição					
O equipamento destina-se a alojar jovens e adultos com problemas de saúde mental que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar. A unidade sócio-ocupacional sugerida pela ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que promovam a valorização pessoal e a integração social de pessoas que, temporária ou permanentemente, não podem ser inseridas no mercado de trabalho.					
Objetivos					
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais; ➤ Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional. 					

Projeto estruturante 4. Apartamento de Reinserção Social (Lagoa)

Promotor		Projeto Apartamento de Reinserção Social, em Lagoa	
IPSS concelhia/Câmara Municipal de Lagoa			
Parceiros			
IPSS concelhia /Câmara Municipal de Lagoa			
Investimento (Estimativa)			
€ 200.000			

Financiamento				
Privado				
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030
				○
	Médio prazo (priorização reduzida)			
Fundamentação e Referenciais Estratégicos				
<p>O apoio a pessoas com comportamentos aditivos é uma das prioridades a prosseguir. A cobertura deste domínio, inexistente no município, é premente. Assim, a disponibilização da resposta social de Apartamento de Reinserção Social, de modo a conceder um forte contributo para a reinserção social, familiar, escolar ou profissional de pessoas com comportamentos aditivos.</p>				
Descrição				
<p>Com este projeto pretende-se a construção de um equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas com comportamentos aditivos, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.</p>				
Objetivos				
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diversificar a oferta de equipamentos e respostas sociais; ➤ Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional. 				

5.3.2. Melhorar a cobertura de respostas sociais existentes

Conforme referido, no vetor “Melhorar a Cobertura das Respostas Sociais Existentes”, pretende-se elevar os níveis de resposta nos domínios e Respostas Sociais que denotem fragilidades atualmente ou que se estime a sua ocorrência no futuro em resultado das projeções de evolução dos públicos-alvo. Neste enquadramento apresentam-se, seguidamente, os principais projetos estruturantes a equacionar até 2030.

Projeto estruturante 1. Lar de Idosos/Residência Sénior (Lagoa)

Promotor		Projeto			
IPSS/Privados					
Parceiros					
Câmara Municipal de Lagoa/Privados					
Investimento (Estimativa)		Lar de Idosos/Residência Sénior, em Lagoa			
€ 650.000					
Financiamento					
Portugal 2020; Privados					
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030	
			○	○	
Médio prazo (priorização média)					
Fundamentação e Referenciais Estratégicos					
<p>O envelhecimento populacional é uma realidade marcante no concelho de Lagoa e na freguesia sede que em 2011 registou 1208 residentes com 65 ou mais anos. As projeções demográficas, para 2030, apontam para um acréscimo significativo, para cerca de 6.900 “idosos”, dos quais 2.273 em Lagoa. Por outro lado, o Estado não conseguiu acompanhar durante muitos anos esta evolução do envelhecimento, não disponibilizando as estruturas de apoio necessárias, originando que atualmente estas sejam insuficientes para a procura registada o que implica extensas listas de espera na oferta disponível no concelho.</p> <p>Os Lares de Idosos são equipamentos sociais vocacionados para o apoio à população sénior, quando esta se encontra em situação de dependência ou perda de autonomia, o que torna inviável a sua permanência no ambiente familiar. Nestes equipamentos é assegurada aos utentes a prestação de serviços e cuidados e é estimulada a convivência entre utentes. Uma perspetiva de equilíbrio e coesão territorial e face ao aumento da população idosa na freguesia sede de concelho que em 2030 se aponta para 2.273 residentes com 65 ou mais anos. Torna-se indispensável a construção de um Lar para a Terceira Idade, colmatando as carências existentes.</p>					
Descrição					
Com capacidade para 40 utentes, o equipamento destina-se a albergar de forma permanente pessoas idosas ou em situação de risco de perda de independência e/ou de autonomia, garantindo para isso os serviços básicos aos quais os Lares de terceira idade se encontram vinculados.					
Objetivos					
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Combater a pobreza dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; ➤ Alargar e qualificar a oferta de equipamentos e respostas sociais para idosos; ➤ Reduzir o isolamento da população idosa; 					

Projeto estruturante 2. Creche (Lagoa)

Promotor		Projeto			
IPSS concelhia/Privados		Creche, em Lagoa			
Parceiros					
Câmara Municipal de Lagoa/Privados					
Investimento (Estimativa)					
€ 1.000.000					
Financiamento					
Privado					
Execução (Cronograma e Prazo)	2017	2018	2019	2020/2030	
	○	○			
	Curto prazo (priorização elevada)				
Fundamentação e Referenciais Estratégicos					
<p>Face o impedimento dos pais, ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, as creches prestam apoio à criança e à família. As creches constituem respostas sociais, de natureza socioeducativa, desenvolvidas num equipamento, que acolhem crianças até aos três anos de idade. As projeções demográficas para 2030, apontam para uma procura potencial de 700 crianças com menos de 2 anos, das quais 284 em Lagoa. Acresce que os equipamentos de apoio à infância existentes em Lagoa, com taxas de ocupação muito elevadas, dão sinais de incapacidade para dar resposta a todas as solicitações, levando a que as pessoas, cientes das dificuldades de aceitação, resolvam procurar outras alternativas próximas, sejam amas ou familiares próximos ou mesmo exteriores ao concelho.</p> <p>A creche a construir, assume-se como prioritária na Freguesia de Lagoa, dada a incapacidade de resposta atualmente existente e as perspetivas de procura potencial (2030).</p>					
Descrição					
<p>A creche terá capacidade para cerca de 35 crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos (até aos 12 meses para 8 crianças, entre os 12 e 24 meses para 10 crianças e entre os 24 e os 36 meses para 18 crianças) funcionando durante o período diário correspondente ao horário de trabalho dos encarregados de educação.</p> <p>O edifício a criar compreenderá os seguintes espaços: átrio, berçário, zona de higienização, salas de atividades e de refeições, instalações sanitárias, cozinha e anexos, gabinetes, outros espaços de apoio e de ar livre.</p>					
Objetivos					
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alargar e qualificar a oferta de equipamentos e respostas sociais para crianças; ➤ Promover a coesão social e territorial. 					

Medidas complementares

MEDIDA 1		Reforço da Cobertura dos Equipamentos de Apoio à Infância			
<p>A alteração do modo de vida das famílias motivada, sobretudo, pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas também por uma desarticulação da família tradicional, tem criado a necessidade de se encontrarem respostas adequadas para a guarda das crianças. Atualmente, não obstante os esforços desenvolvidos pelo município nos últimos anos, a rede de equipamentos sociais no domínio da infância e juventude, nomeadamente creches apresenta-se manifestamente diminuta com listas de espera significativas, em Ferragudo e Porches. Concomitantemente, e apesar da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar se apresentar como uma das mais satisfatórias das respostas sociais concelhias, permanecem listas de espera no que respeita a jardim-de-infância, em Estômbar.</p>					
Programação temporal	2017	2018	2019	2020/2030	
	○	○	○	○	
Curto prazo (priorização elevada)					
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A1 Criar uma Creche em Ferragudo ou Porches.		↗ Câmara Municipal de Lagoa ↗ Privados		Nível I (Prioridade Elevada)	
				Nível II (Prioridade Média)	○
				Nível III (Prioridade Baixa)	
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A2 Criar um Jardim-de-infância, em Estômbar.		↗ Câmara Municipal de Lagoa ↗ Privados		Nível I (Prioridade Elevada)	
				Nível II (Prioridade Média)	○
				Nível III (Prioridade Baixa)	
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A3 Criar um Berçário, em Porches.		↗ Centro de Apoio Social de Porches		Nível I (Prioridade Elevada)	○
				Nível II (Prioridade Média)	
				Nível III (Prioridade Baixa)	
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A4 Criar um Espaço Jovem, no Carvoeiro.		↗ União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro		Nível I (Prioridade Elevada)	○
				Nível II (Prioridade Média)	
				Nível III (Prioridade Baixa)	

MEDIDA 2	Reforço da Cobertura dos Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos
-----------------	---

Nas últimas décadas, registou-se um envelhecimento populacional (que tenderá a acentuar-se; 6.898 idosos em 2030), acompanhado de importantes transformações nos núcleos familiares. Face a este contexto, a necessidade de um apoio social capaz de responder especificamente às carências deste segmento populacional ganhou uma relevância acrescida, o que tem conduzido à criação e à diversificação das respostas sociais para idosos, quer no âmbito das entidades públicas quer do sector privado, com ou sem fins lucrativos.

Neste modo e perante a necessidade de manter os idosos socialmente ativos proporcionando-lhes momentos de lazer e de convívio, e suprir carências específicas, importa dotar Lagoa de espaços/convívio (que disponibilizem pequenos serviços de apoio, ginástica assistida, sala de leitura, etc..) e ampliar o SAD.

Programação temporal	2017	2018	2019	2020/2030
	○	○	○	○
Curto prazo (priorização elevada)				
Ação	Entidades Envolvidas		Prioridade	
A1 Criar um Centro de Dia, em Lagoa.	↗ IPSS do concelho	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>		
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>	○	
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>		
A2 Ampliar a resposta SAD em Ferragudo e criar no Carvoeiro.	↗ Junta de Freguesia de Ferragudo ↗ Centro de Apoio Social de Carvoeiro ↗ IPSS concelhias	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○	
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>		
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>		
A3 Criar a resposta SAD, em Porches.	↗ Centro de Apoio Social de Porches	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○	
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>		
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>		
A4 Ampliar o ERPI, em Porches.	↗ Centro de Apoio Social de Porches	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○	
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>		
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>		

5.3.3. Qualificar a oferta de equipamentos e serviços

O terceiro vetor estratégico, “Qualificar a Oferta de Equipamentos e Serviços”, visa sobretudo melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais, respondendo às fragilidades identificadas no processo de inquirição, incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão. Assim, apresentam-se as medidas a executar até 2030.

Medidas Complementares

MEDIDA 1		Qualificação dos Equipamentos Sociais			
<p>Face ao tempo que medeia entre o momento de construção da maioria dos equipamentos sociais existentes no concelho e a atualidade, e perante os novos quadros regulamentares de construção e segurança a adotar, importa encetar ações que permitam melhorar as condições operacionais e de funcionamento dos equipamentos existentes, respondendo a fragilidades identificadas e incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado.</p> <p>Emerge como prioridade neste domínio específico promover a requalificação e segurança dos equipamentos antigos, cujas condições físicas estão deterioradas ou ultrapassadas face às novas regras de construção e segurança.</p> <p>Das ações a desenvolver merecem destaque: a reabilitação dos equipamentos com problemas de conservação; a melhoria das condições de desempenho energético dos equipamentos; o apetrechamento dos equipamentos; a melhoria das condições de trabalho dos recursos humanos na prestação de serviços.</p>					
Programação temporal	2017	2018	2019	2020/2030	
	○	○	○	○	
Curto prazo (priorização elevada)					
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A1 Realizar o levantamento dos problemas de conservação, de segurança e desempenho térmico dos equipamentos sociais.		↗ IPSS do concelho ↗ Câmara Municipal de Lagoa		Nível I (Prioridade Elevada)	
				Nível II (Prioridade Média)	○
				Nível III (Prioridade Baixa)	
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A2 Reabilitar os Equipamentos com problemas de conservação.		↗ IPSS do concelho ↗ Câmara Municipal de Lagoa		Nível I (Prioridade Elevada)	
				Nível II (Prioridade Média)	○
				Nível III (Prioridade Baixa)	
Ação		Entidades Envolvidas		Prioridade	
A3 Melhorar as condições de conforto térmico/reabilitação térmica dos equipamentos existentes.		↗ IPSS do concelho ↗ Câmara Municipal de Lagoa		Nível I (Prioridade Elevada)	
				Nível II (Prioridade Média)	○
				Nível III (Prioridade Baixa)	

MEDIDA 2	Dinamização das Respostas de Apoio Social e de Voluntariado
-----------------	--

Os equipamentos e respostas no domínio da Comunidade surgem da necessidade de satisfazer carências económicas, sociais e afetivas prementes, de indivíduos e famílias, de modo a promover-se uma sociedade humanizada. A mera satisfação de necessidades básicas como a alimentação (apoio alimentar, loja social), emerge numa época em que agudizam as carências económicas, o desemprego e as bolsas de pobreza.

O Concelho de Lagoa possui um elevado e preocupante número de beneficiários do rendimento social de inserção, refletindo a existência de situações de carência e pobreza extrema, nomeadamente na população ativa mais jovem.

Por outro lado, uma resposta de maior qualidade e eficácia às problemáticas no domínio social, existentes e emergentes, decorre de um melhor e mais aprofundado conhecimento da realidade e de uma reflexão/análise prospetiva sistemática de antecipação/prevenção de problemas associados à exclusão.

A criação de uma estrutura local, em estreita relação e articulação com a Rede Social instituída, que trimestralmente desenvolva o levantamento de situações de emergência, promova reflexões em torno da sua resolução e aponte estratégias e intervenções para a sua prossecução célere e eficaz, assume uma enorme importância no concelho.

Programação temporal	2017	2018	2019	2020/2030
	○	○	○	○
Curto prazo (priorização elevada)				

Ação	Entidades Envolvidas	Prioridade	
A1 Criar o Observatório Social Local.	↗ IPSS do concelho ↗ Câmara Municipal de Lagoa	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>	○
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>	
A2 Criar um Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Tratamento Oncológico.	↗ SOS Oncológico	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>	
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>	
A3 Criar um Espaço de Apoio aos doentes com Parkinson.	↗ Associação Portuguesa de doentes de Parkinson Delegação do Barlavento	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>	
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>	
A4 Reforçar os serviços prestados no novo CLAIM.	↗ Alto Comissariado para as Migrações I.P. Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Algarve ↗ Câmara Municipal de Lagoa	Nível I <small>(Prioridade Elevada)</small>	○
		Nível II <small>(Prioridade Média)</small>	
		Nível III <small>(Prioridade Baixa)</small>	

5.4. Enquadramento e oportunidades do novo período de programação de apoios comunitários

Os diversos instrumentos de planeamento das políticas públicas e de ordenamento territorial apontam para a necessidade de reforçar a capacidade de resposta e a reconversão ou melhoria de equipamentos e serviços sociais no quadro dos progressivos desequilíbrios resultantes do envelhecimento populacional. Privilegiar a geração de sinergias entre os recursos institucionais e a comunidade (famílias,...), e a promoção das dinâmicas intergeracionais assumem um papel central como resposta ao desafio.

Preocupando-se e enquadrando a promoção da inclusão social e do combate à pobreza, enquanto dimensões centrais da política pública, deve privilegiar-se a salvaguarda dos grupos mais vulneráveis e desfavorecidos, fomentando o seu acesso ao mercado de trabalho e a bens e serviços sociais sustentáveis e de qualidade. Neste enquadramento, nos últimos anos, assistiu-se:

- à qualificação e diversificação da oferta de serviços e equipamentos sociais, flexibilizando e maximizando a capacidade instalada (idosos, crianças e jovens) e reforçando as respostas às pessoas com deficiência;
- ao reforço da intervenção infantil precoce, com investimentos na qualidade e disponibilidade dos serviços de apoio às crianças e às famílias mais vulneráveis;
- à promoção da economia social suportada em protocolos de cooperação, instrumentos contratuais com o Estado, reforçando a lógica da parceria como forma de gestão /partilha de responsabilidades.

Os diversos instrumentos de apoio comunitário atualmente em execução no âmbito do Portugal 2020, procuram dar continuidade e reforçar algumas destas dimensões. Por poderem enquadrar os investimentos presentes no modelo de intervenção preconizado nesta Carta Social, importa apresentar com detalhe as possibilidades/oportunidades de apoio existentes.

PO Algarve 2020 (CRESC 2020)

No diagnóstico efetuado releva que “nos últimos anos a Região tem observado uma evolução positiva em termos de respostas sociais para a população idosa e infância, deficiência, grupos desfavorecidos e de apoio à comunidade, com densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes um pouco por todo o território. Ainda assim, persistem importantes debilidades:

- Ausência de cooperação entre associações, com duplicação de oferta e de funções em alguns domínios e carências noutras, e ausência de respostas integradas, com sinalização de **carências ao apoio domiciliário**;
- **Crescimento do número de indivíduos em situação de risco e de exclusão social**, com aumento de requerentes de RSI e de sem-abrigo

- Algumas lacunas significativas na oferta existente para grupos específicos (p.ex., ao nível da deficiência, saúde mental, lar de idosos e apoio domiciliário, cuidados continuados e cuidados paliativos, sem abrigo, menores adolescentes em risco)”.

Por outro lado, reforça-se para que a área da **deficiência se encontra deficitária no que respeita à adequada cobertura**, seja a nível da distribuição geográfica, seja nas respostas sociais atualmente disponibilizadas. Acresce que o distrito de Faro **não tem resposta para a área da Saúde Mental** (psiquiatria).

Como conclusão aponta-se para a necessidade de aumentar a resposta a necessidades crescentes dos idosos, das famílias e comunidades e da população com deficiência.

De acordo com a estruturação do Programa Operacional Regional, algumas Prioridades de Investimento devem dar uma resposta efetiva e acomodar potenciais investimentos que permitam responder adequadamente a estes desafios e carências.

Prioridade de Investimento	Medidas previstas
PI 9a - Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	Medidas e intervenções “cirúrgicas” no ajustamento das redes, que requalifiquem os equipamentos já existentes, diversificando a oferta de serviços e adaptando-os às necessidades atuais, passando pela afetação a novas utilizações e grupos alvo, respondendo às necessidades dos idosos, das famílias e comunidades e da população com deficiência.
Apoios Sociais	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de investimento de melhoramento e qualificação em infraestruturas e equipamentos da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social de modo a melhorar as respostas/ serviços existentes adaptando-os às necessidades atuais ou criando respostas inovadoras (com prioridade para as intervenções no ajustamento das necessidades nos domínios da Deficiência e Saúde Mental); • Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições de forma mais próxima dos cidadãos. 	

Prioridade de Investimento	Medidas previstas
PI 9b - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, o objetivo Promover a inclusão social das comunidades em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.	Preconiza a construção de equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social (Centros de atividades para apoio escolar, apoio social, ações de combate ao abandono escolar, ações que promovam a ocupação dos tempos livres dos jovens) – projetos

	contemplados/a contemplar em sede de Programas de Ação para as Comunidade Desfavorecida.
--	--

Prioridade de Investimento	
PI 9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.	
Objetivos Específicos	
Fomentar abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e promover estratégias locais de inclusão ativa.	Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis e aumentar a ativação de desempregados.
Ações a apoiar	
<ul style="list-style-type: none"> • Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS); • Consórcios Locais para intervenção social junto de crianças e jovens em territórios vulneráveis; • Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social; • Animação territorial e Inovação Social; • Desenvolvimento de projetos de inovação social e experiências-piloto com públicos vulneráveis e/ou contextos territoriais deprimidos; • Conceção e desenvolvimento de intervenções em territórios específicos, envolvendo comunidade desfavorecidas, integrando a valorização reconhecendo práticas e combatendo a exclusão e o abandono escolar, nomeadamente nas áreas costeiras da Ria Formosa ou nas áreas de baixa densidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação em Competências Básicas e outras Formações Modulares certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis (e.g. pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes); • Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade, incluindo avaliação e orientação, qualificação, apoio à inserção e colocação no mercado de trabalho, emprego apoiado e financiamento de produtos de apoio; • Programa Escolhas; • Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes - Centros de Apoio ao Emigrantes (one-stop-shop); • Apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades); • Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis. Promover ações de desenvolvimento pessoal, formação de base e/ou acompanhamento personalizado a pessoas com especiais vulnerabilidades na inserção ou reinserção no mercado de trabalho, como ex-toxicodependentes e toxicodependentes em recuperação; ex-reclusos; pessoas com deficiências e incapacidades; e pessoas em situação de pobreza severa, vivendo em contextos sociais desfavorecidos; • Contratos Emprego Inserção; • Apoio ao emprego social de transição – Cooperar com entidades sem fins lucrativos na organização de experiências de trabalho e,

	complementarmente, de formação, no âmbito da satisfação de necessidades coletivas e de prestação de serviços de interesse geral, dirigidas a desempregados em risco de exclusão prolongada do emprego e de pobreza, reforçando as suas perspetivas de empregabilidade.
Beneficiários	
Entidades sem fins lucrativos em parceria entre si, com autarquias locais e/ou departamentos da administração regional, que visem intervenções inovadoras de redução da pobreza e exclusão sociais em contextos sociais e territoriais desfavorecidos.	Entidades públicas associadas às áreas da formação e emprego e outras Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Prioridade de Investimento	Medidas previstas
PI 9vi - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.	Ações integradas em estratégias de desenvolvimento local de base comunitária que por sua vez correspondam a programas de ação.
Apoios Sociais	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; <p>Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade e ensaio de soluções de inovação social e novas respostas sociais, reforçando a lógica inclusiva e solidária dos territórios apoiados (p.e., criação e dinamização de centros multisserviços de animação local, ou apoio à qualificação, em especial de jovens para a implementação de projetos de inovação social);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao empreendedorismo cooperativo; • Formação-ação aos serviços básicos e respostas sociais de proximidade, através da qualificação imaterial das Organizações da Economia Social e de apoio ao empreendedorismo e ao tecido associativo local. 	
Beneficiários	
Entidades públicas da administração central e local; entidades de direito privado sem fins lucrativos; micro e pequenas empresas; instituições de formação e setor cooperativo.	